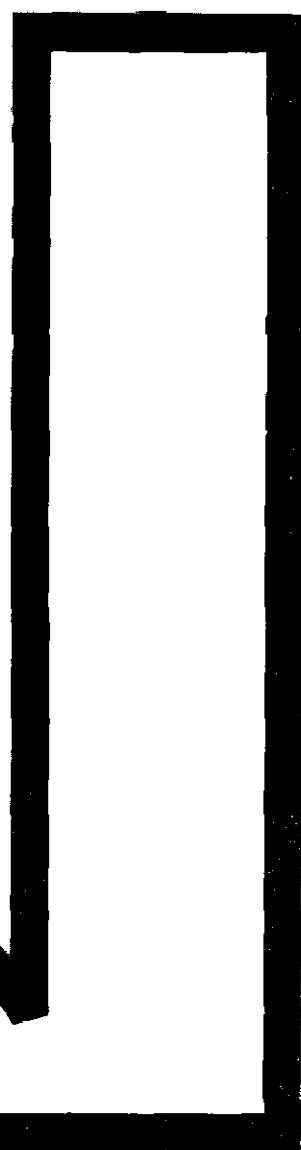




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antônio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> 4º <i>Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores ⁽²⁾ <i>Amir Lando - PMDB - RO</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Alberto Silva - PMDB - PI</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Bernardo Cabral - PFL - AM</i> (2) Designação: 30-6-99	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PFL - 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Franzelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) - 13 Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 13 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB - 3 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS - 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marciá Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Boere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE JANEIRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 426, de 1999, de 14 de dezembro último, comunicando a sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, transformado na Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

00085

1.2.2 – Parecer

Nº 2, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (Substitutivo nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal.

00085

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY SUASSUNA – Rebatendo críticas da imprensa sobre a ajuda de custo aos parlamentares por ocasião da convocação extraordinária. Início das chuvas no Nordeste, fato que enseja a liberação de sementes, crédito e implementos agrícolas para os produtores da região.

00087

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Comentários à coluna do jornalista Cristiano Romero no *Jornal do Brasil*, onde o Secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Sr. Hélio Mattar, alerta para uma segunda onda de desnacionalização da economia brasileira.

00091

SENADOR JONAS PINHEIRO – Indicação de S. Exa. e do Senador Geraldo Melo como representantes do Senado na Comissão Interministerial do Açúcar e do Álcool. Necessidade de maiores incentivos governamentais para o setor suco-alcooleiro.

00092

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Considerações sobre as declarações do Secretá-

rio-Geral da Presidência da República, Deputado Aloisio Nunes Ferreira, sobre a possibilidade do País aderir ao sistema parlamentarista de Governo ainda durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.	00093
SENADOR TIÃO VIANA – Relato dos trabalhos realizados pelo governo Jorge Viana no Estado do Acre, em seu primeiro ano de administração.	00096
SENADOR OSMAR DIAS – Críticas a falta de uma política de segurança alimentar para suprir a crise no abastecimento decorrente de estiagens e enchentes no País.	00097
1.2.4 – Ofício Nº 7/2000, de 11 do corrente, do Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.014-1, de 2000.	00101
1.2.5 – Leitura de requerimento Nº 4, de 2000, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Lúcio Alcântara, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do apresentador de TV e ex-Deputado Federal Blota Júnior. Aprovado , após usar da palavra o Sr. Romeu Tuma, tendo o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, associado-se às homenagens prestadas.	00102
1.2.6 – Leitura de projeto Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2000, de autoria do Senador Maguito Vilela, que impõe às empresas prestadoras de serviços de telefonia a obrigação de fazer constar de sua publicidade as tarifas dos serviços por ela prestados. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, devendo a sua tramitação iniciar-se em 15 de fevereiro próximo.	00103

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 5, de 2000, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 2, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (Substitutivo nº 627/98,

na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal, a fim de que matéria conste da próxima Ordem do Dia. Aprovado.....

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Inclusão da Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 na pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o primeiro dia de discussão em primeiro turno.

Realização de sessão deliberativa ordinária, na próxima segunda-feira, dia 17, às 14h30min.

1.2.9 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ROBERTO FREIRE, como Líder – Considerações sobre requerimento que encaminhará à Mesa, para inclusão na pauta de convocação do Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999, que altera os artigos da Constituição Federal e o ato das disposições constitucionais transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esclarecendo ao Senador Roberto Freire, que a Mesa não poderá colocar em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999, tendo em vista que emenda no mesmo sentido já foi rejeitada na mesma sessão legislativa.

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa de uma política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

00105

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Recebimento do relatório do Ministro José Serra sobre as ações do Ministério da Saúde para coibir junto aos produtores, a falta de iodo no sal de cozinha.

00107

00105

SENADOR MAURO MIRANDA – Considerações sobre a responsabilidade do Congresso Nacional na aprovação da proposta de emenda à Constituição, que inclui o direito à moradia entre os direitos e garantias fundamentais do povo brasileiro.

00107

00105

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Carlos Rocque, ocorrido ontem em Belém do Pará.

00109

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, dia 12, às 14h30min., com Ordem do Dia anteriormente designada.

00110

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 11-1-2000

3 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 12, de 2000

00110

4 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

00105

00106

Ata da 2ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de janeiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães e Geraldo Melo

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
COMPARCECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes De Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Carlos Bezerra – Carlos Patrício – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloisa Helena – Hugo Napoleão – Iris Resende – Jader Barbalho – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Junior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sergio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 426, de 1999, de 14 do corrente último, comunicando a sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, transformado na Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

PARECER

PARECER Nº 2, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (substitutivo nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal.

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

Nesta Comissão, para exame, nos termos dos arts. 367 e 368 do Regimento Interno, substitutivo da Câmara à proposta de emenda à Constituição e epígrafe, de iniciativa do Senado, ora submetida à sua revisão como proposta nova, em razão de ter sido modificada na Câmara dos Deputados após sua aprovação por unanimidade nesta Casa em dois turnos de votação na última sessão legislativa ordinária da legislatura passada.

A proposta tem por objetivo estatuir limites para o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo Municipal mediante a alteração do art. 29 da Carta de 1988.

As modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados à proposta aprovada pelo Senado foram, em essência:

a) a exclusão dos gastos com pessoal inativo do total da despesa do Poder Legislativo Municipal (in-

clusive os Conselhos ou Tribunais de Contas do Município) ao estabelecer-se os seus limites de dispêndios;

b) a redução de seis para quatro níveis da escala que estabelece a relação inversa entre o percentual de gastos com o Poder Legislativo do Município e a sua população, eliminando, por conseguinte a previsão das faixas populacionais I) inferior a dez mil habitantes, II) de dez mil a cinqüenta mil e, III) daí até cem mil, adotando-se o limite de despesa do referido Poder em oito por cento de todas as suas receitas para Municípios com população inferior a cem mil habitantes (dez mil na proposta aprovada pelo Senado), em sete por cento, para os com população compreendida entre cem mil e quinhentos mil (na proposta do Senado esse nível subdividia-se: sete por cento – de dez mil a cinqüenta mil habitantes; seis por cento – de cinqüenta a cem mil habitantes; e, cinco por cento – de cem mil a quinhentos mil habitantes), reservando-se os percentuais de seis e cinco por cento para os intervalos populacionais compreendidos entre trezentos mil e quinhentos mil habitantes e acima de quinhentos mil habitantes, respectivamente, rejeitando, todavia, os percentuais de quatro e três por cento para os níveis populacionais superiores, previstos na proposta aprovada nesta Casa;

c) a proibição de a Câmara Municipal gastar mais de setenta por cento de suas dotações totais com a folha de pagamento inclusive subsídios dos Vereadores;

d) a atribuição da prática de crimes de responsabilidade ao Prefeito Municipal que efetuar repasse de recursos que supere o limite estabelecido pela Constituição, ou que o deixe de repassar até o dia vinte de cada mês ou o faça em valor inferior à proporção do montante fixado na lei orçamentária;

e) a fixação de limites para os subsídios dos vereadores como proporção do subsídio do deputado estadual, em razão inversa à população municipal, classificada em seis faixas de habitantes;

f) a vigência da emenda passa a ser 1º de janeiro de 2001 (e não a partir da data de sua publicação como estava na proposta do Senado).

Devemos observar que a proposta foi bem acolhida na Câmara dos Deputados, não obstante ter sido aprovada com modificações no final da sessão legislativa do ano passado, pois obteve 360 votos de um total de 366, no primeiro turno, e o apoio de 362 dos 367 votantes, no segundo turno.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre proposta de emenda à Constituição, especialmente, neste caso, quanto às modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados.

Temos a observar que ao relatar a matéria nessa Casa, por ocasião de sua tramitação inicial, apresentamos substitutivo à proposta que, no entanto, foi rejeitado, o qual continha, em parte, o conteúdo da proposta aprovada pela Câmara dos Deputados, mormente quanto aos níveis da escala que relaciona inversamente percentuais máximos de gastos com o Poder Legislativo do Município e a sua população, previstos em seu art. 1º.

Naquela ocasião opinamos que a referida escala deveria ser modificada, mediante a seguinte justificação, *verbis*:

Outrossim, entidades nacionais representativas dos Vereadores vêm discutindo a proposta de emenda à Constituição em tela e têm argumentado que os percentuais nela fixados para gastos com o Poder Legislativo são insuficientes, especialmente no que se refere aos Municípios com maior população.

Ademais, segundo entendemos, a Constituição deve, na medida do possível trazer parâmetros gerais, evitando detalhamentos excessivos.

Dessa forma, estamos propondo modificação do art. 1º da proposição para reduzir a escala de percentuais de receita que pode ser despendida com o Poder Legislativo municipal *vis-à-vis* com a respectiva população, de seis faixas, como consta da proposta, para três faixas, da seguinte forma: a) oito por cento, para Municípios com população até com mil habitantes; b) sete por cento para aqueles municípios com população superior a cem mil e inferior a um milhão de habitantes; c) seis por cento para aqueles municípios com população igual ou superior a um milhão de habitantes.

No nosso substitutivo sugerimos também melhor detalhamento do crime de responsabilidade previsto no art. 2º da proposta original sob o seguinte argumento, *verbis*:

Além disso, as entidades representativas dos Vereadores argumentam que, por vezes, o Poder Executivo não observa os prazos legais referentes ao repasse de re-

cursos para o Poder Legislativo, o que traz diversos problemas para as Casas legislativas municipais.

Como medida destinada a fazer com que o Poder Executivo municipal cumpra esses prazos, estamos propondo, conforme sugestão de entidades representativas de Vereadores, que a inobservância, pelo Prefeito, dos prazos acima aludidos configure crime de responsabilidade contra o livre exercício do Poder Legislativo, desde que comprovada a culpa do chefe do Executivo Municipal.

Diante do exposto, entendemos que as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados na proposta original merecem ser integralmente acolhidas por esta Casa, do mesmo modo como aprovamos por unanimidade a proposta em sua tramitação inicial, pois entendemos que houve o seu aperfeiçoamento.

Se no mérito a proposta merece elogios, também nada temos a objetar quanto aos aspectos de constitucionalidade e regimentalidade, pois o texto aprovado pela Câmara dos Deputados conserva a substância da proposta original unanimemente acolhida nesta Casa.

Todavia, inobstante não haver reparos a fazer quanto à redação do texto, devem ser feitas as indispensáveis adaptações exigidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que disciplina a elaboração de proposições legislativas, destacando as novas redações mediante o acréscimo das iniciais NR (nova redação) ao final dos dispositivos constitucionais modificados e aplicando a numeração seqüencial alfanumérica aos inéditos.

Diante do exposto, opinamos, nos termos do art. 133, I, do Regimento Interno, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998, quanto ao mérito, à constitucionalidade e à regimentalidade, observando, contudo, a necessidade de adequá-la às regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

É o voto.

Sala da Comissão, 11 de janeiro de 2000. — **José Agripino**, Presidente — **Jefferson Peres**, Relator — **Lúcio Alcântara** — **Pedro Simon** — **Renan Calheiros** — **Roberto Freire** (Vencido) — **Ramez Tebet** — **Antônio Carlos Valadares** (Vencido) — **Maria do Carmo Alves** — **Romero Jucá** (Vencido) — **José Alencar** — **Mozarildo Cavalcanti** (Abstenção) — **Agnelo Alves** — **Eduardo Suplicy** (Abstenção) — **Juvêncio da Fonseca** — **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos:

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estamos hoje nessa tribuna após uma convocação que não foi provocada por nós, do Congresso. É interessante, pois o Presidente da República convoca-nos, mas a imprensa porta-se como se tivesse havido uma autoconvocação, inclusive crítica o custo.

Tenho ouvido coisas interessantíssimas. Um repórter, um dia destes, veio perguntar-me: "Mas por que o pagamento?" E eu disse-lhe que até abria mão do pagamento, que não era esse o problema. Mas alguém que está de férias e é convocado para trabalhar deverá deixar de receber se vai ter despesas de deslocamento, se terá de se manter longe de sua família?

Não fiquei feliz com a convocação e penso que a maioria dos Parlamentares também não, mas ela foi necessária. O Presidente não tinha outra alternativa; precisava convocar, por dois fatores. Um deles são as medidas provisórias, pelas quais não temos simpatia, mas que, quando publicadas, precisam imediatamente ser apreciadas; e o outro é o antigo FEF, hoje desvinculação de recursos orçamentários.

A Presidência da República, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, precisa dar continuidade a uma série de obras, definidas como prioritárias, mas o Orçamento ainda não foi votado. E mesmo que tivesse sido e vinculado estivesse, o Governo não teria como tocar as obras do Avança Brasil e de outros programas.

Para que o público que está nos ouvindo e nos vendo pela TV Senado entenda: é como se um trabalhador recebesse mil reais por mês para gastar na manutenção da sua casa, no sustento da sua família, a sua mulher executasse isso, recebendo o dinheiro para fazer feira, pagar o colégio das crianças e tudo o que tem direito, e ele dissesse que queria ficar com 20% desse dinheiro para gastar com o que quisesse.

Isso equivale, Srs. e Srs. Senadores, a um terço de todas as arrecadações do País, ou seja, a R\$27 bilhões. É dinheiro. No entanto, o Presidente precisa tocar obras importantes. Por isso, eu concordo com Sua Excelência: precisamos votar a proposta de Desvinculação de Recursos da União, DRU, antigo FEF, até porque concordamos com os programas especiais do Governo Federal. Então, nós, da Bancada governista, temos obrigação de fazê-lo. Não concordo, contudo, que isso tenha de ser feito numa convocação espe-

cial. Paciência, ela ocorreu, e nós estamos aqui. E, para minha tristeza, vejo todos os dias críticas ao Congresso, como se tivesse havido uma autoconvocação. Não houve. Quem nos convocou foi o Presidente da República, porque havia matérias urgentes a serem votadas, como, por exemplo, o antigo FEF, hoje DRU.

Mas não é só isso: outras matérias também precisam ser votadas. Estou preocupado porque vamos ser atacados de novo pela imprensa. Por quê? Porque há mais de 30 matérias na pauta, a grande maioria para contar prazo de tramitação. Não vamos votar essas matérias, até porque não há como votá-las. Na realidade, estamos contando tempo regimental, necessário. E, como se fosse uma propaganda enganosa, daqui a pouco vão dizer que o Congresso não votou as matérias. De novo, é preciso que a imprensa tenha uma certa lealdade para com o Congresso, para que não sejamos a "Geni": o Presidente convoca, e nós levamos as pancadas. Faz-se uma pauta de matérias que não vamos poder votar, que estão ali para que seja contado o tempo regimental, e depois vão dizer: não votaram – como se nós fôssemos os responsáveis.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço o nobre amigo e Senador pelo Mato Grosso do Sul, Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, busco apartear-lo porque esse assunto foi objeto do pronunciamento que fiz ontem nesta Casa, quase na direção do pronunciamento de V. Ex^a. Como eu também, V. Ex^a defende o Congresso Nacional e o Poder Legislativo, que tem, inegavelmente, trabalhado mais do que nunca se trabalhou neste País. Narrei aqui um diálogo que tive com formandos de um curso superior no Estado de Mato Grosso do Sul, e eles me motivaram, porque, realmente, esta convocação extraordinária só pode ser entendida com base nas explicações que V. Ex^a, com muita propriedade, traz à tribuna. Mas sabe qual é o responsável por tudo isso, a meu ver? É a excessiva concentração de renda que existe no País. Em verdade, não há oposição à nossa convocação; ninguém está aceitando é que recebemos ajuda de custo. É isso que está deixando a população indignada – temos de ser francos. Se estivéssemos trabalhando sem receber além daquilo que recebemos, não haveria essa indignação. A ajuda de custo está prevista na Constituição e no Regimento Interno, mas a sociedade não se conforma com ela. E não se conforma por quê? Porque há excessiva concentração de renda neste País. Ainda hoje de manhã,

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estávamos a debater uma emenda constitucional que propõe a criação do Fundo de Combate à Pobreza. Como podemos explicar à população que estamos recebendo R\$16 mil de ajuda de custo? Positivamente, isso não tem explicação. Temos um problema que não conseguimos explicar para a população. Realmente, não há como explicá-lo com a disparidade de renda que existe no Brasil. É o que acho. Ontem, no meu pronunciamento, Senador Ney Suassuna, abordei outro assunto, um problema que vi irradiar-se dentro do Congresso Nacional: acho – e recebi o apoio do Senador Roberto Saturnino – que três meses de recesso é muito. Expliquei ontem, com a ajuda de S. Ex^a, que essa tradição republicana no País, de três meses de férias, é decorrência da antiga dificuldade de o parlamentar comunicar-se com as suas bases. Hoje, entretanto, esse problema está ultrapassado. Talvez pudéssemos solucioná-lo tendo o mesmo direito dos trabalhadores urbanos e rurais. Trinta dias de férias é suficiente para nós. Por que 90 dias? Não vejo razão para isso. Tanto é verdade que eu como V. Ex^a, que fomos eleitos em 1994 e tomamos posse em 1995 só não fomos convocados pelo Presidente da República, extraordinariamente, em julho último. Sempre houve convocação extraordinária para os parlamentares empossados a partir de 1995. Pode ser necessário, então, um reestudo da Constituição e, depois, do Regimento Interno, para limitarmos o recesso para 30 dias. Desse modo, talvez seja possível resolver o problema, que é realmente angustiante. Quero parabenizá-lo, porque V. Ex^a está em defesa de um Congresso Nacional que quer trabalhar e produzir. Seja como for, vamos aproveitar esta convocação extraordinária para produzir, no limite das nossas forças, para o bem deste País. Muito obrigado a V. Ex^a e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Ramez Tebet. Exulto com a interferência de V. Ex^a, porque, realmente, pensamos da mesma maneira. Ontem, tive um dia muito ocupado e não notei que V. Ex^a tinha feito um pronunciamento na mesma linha do meu, como acaba de dizer V. Ex^a.

Na verdade, vamos levar a culpa por uma convocação que não fomos nós que fizemos. A maioria das matérias colocadas na pauta não é importante, busca-se apenas ganhar prazo. Não vamos votá-las agora. Na realidade, temos de votar a DRU, que inclusive vai conflitar com o Orçamento. Está ali o Presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Gilberto Mestrinho, que está convocando para hoje ainda, às 18 horas, uma reunião, que provavelmente vai votar

também o Orçamento, que já vai ter 20% desvinculados pela votação que faremos aqui, se tudo der certo.

A minha preocupação, no entanto, não é só essa. Preocupa-me também o fato de que não estamos desvinculando os recursos apenas para um exercício, mas para vários anos, ultrapassando até mesmo, se a minhas anotações estiverem corretas, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse fato merece ser analisado. Fazemos uma lei orçamentária que queremos seja a mais real possível. Estamos até falando em um orçamento deliberativo e não autorizativo, o que já tive a honra de fazer há alguns anos. Ou seja, queremos que nossas deliberações sejam cumpridas. Mas, de repente, dizemos que vamos excluir 20%. É algo em que devemos pensar.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^e com muita satisfação.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Gostaria de fazer apenas dois comentários sobre o pronunciamento de V. Ex^e. Abordo em primeiro lugar a convocação extraordinária. O Senador Ramez Tebet, como sempre, foi muito feliz. S. Ex^e tem grande facilidade de expressão e consegue traduzir com precisão seu pensamento, que é quase o pensamento comum. O que incomoda é o fato de recebermos pela convocação extraordinária, porque, a rigor, trata-se de matérias importantes, que necessitam de deliberação. Se vamos conseguir votar todas ou não é uma questão que dependerá muito de nós. O Parlamento também tem razões políticas, que não são estranhas, ao contrário, são próprias dos parlamentos, seja onde estiverem localizados.

Sobre a questão de haver apenas 30 dias de recesso, penso que devemos pensar a respeito. Por quê? As convocações extraordinárias, que têm sido regra e não exceção, inclusive por causa do volume de medidas provisórias editadas...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fizemos aqui essa observação.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Mesmo desconsiderando as convocações extraordinárias, o Parlamento brasileiro é um dos parlamentos que mais se reúne no mundo. Tendo em mente esse fato, vamos examinar com calma se esse recesso de 30 dias é ou não suficiente e como devemos proceder. O que está subjacente a essa discussão é a questão do pagamento pelas sessões extraordinárias. Esse é o problema. Como vivemos numa sociedade tremendamente injusta, quem recebe – ainda que legitimado pelo Regimento, pela Constituição ou pelo que for –

sempre está passível de crítica, sobretudo em se tratando de políticos, de homens públicos, e de uma importância considerável, como a que nos é paga pela convocação extraordinária. Quando a convocação era uma exceção, isso chamava menos a atenção. Todavia, como ela se tornou quase uma regra, evidentemente isso passou a chamar a atenção da Nação. A segunda observação que quero fazer é relativa ao Orçamento. Como disse V. Ex^e, se aprovarmos a desvinculação de receita da União, estaremos introduzindo um fator de maior liberalidade para que o Executivo possa agir no que tange ao Orçamento. A exemplo do que já fizeram vários outros Senadores, apresentei projeto regulamentando o artigo da Constituição que disciplina a elaboração do Orçamento. Infelizmente, a matéria não tem merecido muita atenção; quem se interessou muito por ela foi o Senador Waldeck Ornelas. Chegou-se a constituir uma subcomissão da Comissão de Orçamento – penso que sob a Presidência de V. Ex^e à época –, mas ela não teve prosseguimento. Reapresentei o projeto nesta Legislatura. Há um dispositivo do projeto que considero muito importante, principalmente após a polêmica que surgiu quando o Senador Antonio Carlos Magalhães manifestou a sua disposição para patrocinar uma emenda constitucional para tornar o Orçamento...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Deliberativo.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Não. A idéia é torná-lo imperativo, ou seja, o que está no Orçamento deve ser executado. Inspirado na experiência americana, no projeto que apresentei coloquei um artigo que me parece muito oportuno: se o Governo não fizer alguma despesa prevista no Orçamento e quiser aplicar as verbas a ela referentes em outro objeto, terá que submeter essa mudança à aprovação do Congresso. Seria garantido o direito ao Executivo de fazer uma mudança desse tipo – não seria totalmente imperativo, porque a despesa pode se tornar desnecessária ou poderá acontecer outra situação de maior urgência que requeira aquela verba –, mas o Congresso teria de aprovar-la. Em outras palavras, o Congresso deverá manifestar-se dizendo "sim" ou "não" à modificação que o Executivo pretende impor. Seria uma fórmula conciliadora entre a situação atual, que é de liberdade praticamente total para o Executivo, e o Orçamento imperativo que alguns estão defendendo. Lembro que nem nos Estados Unidos a peça orçamentária é totalmente imperativa, já que o Poder Executivo tem a faculdade de enviar a proposta de mudança para o Congresso, para que este diga se concorda ou não com a mudança. E mais: naquele

país, vige o decurso de prazo; ou seja, se o Congresso não se manifesta, considera-se que o Congresso está rejeitando a alteração que o Executivo propõe. Talvez essa seja uma forma conciliadora – naturalmente, essa proposta deverá ser submetida ao exame de todos, à opinião de todos os Congressistas – entre a situação atual, que realmente me parece de excessiva liberdade para o Executivo, e a outra proposta, que seria uma camisa-de-força, tornando imperativa a execução orçamentária.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Lúcio Alcântara, há quatro anos, apresentei uma proposta no sentido de tornar deliberativo o Orçamento, ou seja, o que fosse deliberado aqui valeria. Essa proposta seria uma alternativa ao Orçamento autorizativo; hoje só autorizamos, e o Governo faz se quiser. Não bastando isso, o Governo ainda cria o FEF! Nós, base política do Governo, temos que aprovar, porque aprovamos programas como o Avança Brasil e outros.

Quando me referi à convocação, quis dar vazão à minha contrariedade e à minha preocupação resultantes da leitura diária de artigos de jornal em que somos criticados, como se tivéssemos feito uma auto-convocação, o que não é verdade. Estamos aqui convocados pela Presidência da República.

Mas eu queria, Sr. Presidente, quando ocupei esta tribuna, fazer dois comentários. Um era esse que dou por encerrado, agradecendo os apartes dos Senadores Lúcio Alcântara e Ramez Tebet.

Em segundo lugar, quero dizer que até que enfim começa a chover no Nordeste! Poucas regiões do meu Estado estão sem chuvas; as chuvas ainda são insuficientes, mas já começa a chover. Já se sabe que não morreremos de sede neste ano.

Como é ruim ser pobre! É terrível! Pertencer a uma região pobre é realmente difícil. Pedimos água e pedimos frentes de trabalho, que não podem acabar de imediato, porque a chuva não é maná: a chuva cai, tem que se plantar, esperar brotar e colher. Mas não é só isso, Sr. Presidente. Além de pedir para que essas frentes sejam prorrogadas, agora temos que pedir sementes, implementos e crédito. Com três anos de seca, os nossos agricultores estão quebrados e precisam de ajuda para produzir.

Como é terrível ocuparmos a tribuna para dizer: "Amigos do Ministério da Agricultura, precisamos agora de sementes e de implementos!". É preciso também que o Banco do Brasil e outras instituições financeiras ponham recursos à disposição dos produtores nordestinos, para que possamos, com o nosso trabalho, com o suor do nosso rosto, produzir o nosso

alimento. Não queremos esmola, queremos meios para trabalhar.

O Nordeste já foi o celeiro do Brasil. No primeiro ciclo econômico, produzímos muito açúcar. O melhor pau-brasil recolhido neste País era o de Pernambuco, da Paraíba ou do Rio Grande do Norte. Mas faz tempo que isso ocorreu. Hoje, em razão do descaso que nos vitimou, vemo-nos obrigados a pedir ajuda.

E falo não apenas em nome de minha região. Olhar para o meu amigo Gilberto Mestrinho me faz lembrar que por situação semelhante passa a Região Norte. O mesmo ocorre no Centro-Oeste e em todas as regiões menos privilegiadas do Brasil: precisamos estar permanentemente pedindo ajuda ao Governo Federal. Lamento que isso seja preciso. Eu gostaria que não precisássemos ocupar a tribuna para, neste segundo momento do meu pronunciamento, dizer que precisamos subsidiar essas atividades e tirar proveito da chuva que finalmente chega ao Nordeste.

Quero agradecer a todos e aproveitar, já que é a primeira vez que ocupo a tribuna neste ano, para desejar a todos um ano maravilhoso. Que o nosso Congresso realmente consiga mostrar do que é capaz! O ano de 1999 foi um ano de muito trabalho. A nossa Comissão de Economia bateu todos os recordes, trabalhou a todo vapor, ouviu todos os Governadores, debateu todos os assuntos. Neste ano já fizemos um acordo com a Comissão de Economia da Câmara para, juntos, debatermos todos os assuntos importantes e acompanharmos todas as ações da equipe econômica.

Se Deus quiser, nós, Parlamento, vamos estar permanentemente atuando nesse sentido, para melhor assessorar o Governo Federal e, ao mesmo tempo, defender os interesses do nosso povo.

Muito obrigado. Se Deus quiser, muita paz para todos!

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A sua inscrição está feita, e a palavra lhe será dada se houver prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara por 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ontem tivemos oportunidade de provocar um debate neste plenário sobre a questão do sistema bancário brasileiro, sobre o processo de desnacionalização das instituições do sistema financeiro e sobre os riscos que daí poderiam advir para o equilíbrio da nossa economia é para o Estado, que ficaria com poucas condições de gerir a política econômica e financeira do País.

Hoje, tivemos oportunidade de ler uma matéria, publicada no **Jornal do Brasil**, na coluna do Jornalista Cristiano Romero, que traz um longo pronunciamento, a exposição de uma série de idéias atribuídas ao Sr. Hélio Mattar, Secretário de Política Industrial do Ministério de Desenvolvimento.

Sobre esse assunto, temos assistido, há algum tempo, a um debate – às vezes, mais intenso, outras, mais contido – entre correntes de pensamento a que se filiam muitos que defendem uma política mais agressiva de desenvolvimento e outros que sustentam que o desenvolvimento virá como uma consequência do próprio processo de estabilização da economia, como consequência da manutenção dos fundamentos da estabilidade da economia. Quaisquer outras tentativas de desviar esse curso, de interferir na economia do País para provocar o desenvolvimento, seriam tentativas frustradas que constituiriam apenas "bolhas de crescimento" sucedidas por novos períodos de instabilidade da economia e retorno da inflação.

Hoje, no **Jornal do Brasil**, na coluna do Jornalista Cristiano Romero, há uma série de afirmações do Sr. Hélio Mattar, Secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, que alerta para uma segunda onda de desnacionalização. Ele diz que novamente vamos ser punidos por uma onda de desnacionalização; quer dizer, haverá transferência patrimonial de empresas brasileiras para empresas estrangeiras. Ele é muito taxativo quando alerta para o fato de que não devemos ter pejo de dizer que temos uma política de desenvolvimento industrial. Ele diz que a ausência de uma política industrial já é uma política industrial. Ou seja, deixar as coisas acontecerem sem nenhuma intervenção do Estado, sem nenhuma preocupação de criar instrumentos de crédito e de incentivos que favoreçam o crescimento industrial, isso, por si só, já é uma política industrial. Eu diria que essa é uma antipolítica industrial.

Ele também alerta para o fato de que no passado foram cometidos alguns equívocos que consisti-

ram em estimular apenas alguns setores industriais. Fala especificamente sobre o setor de papel e celulose, que teria consumido, num programa de apoio oficial, US\$13,8 bilhões. Ele acha que é preciso estimular as indústrias brasileiras a oferecerem créditos e incentivos. Numa síntese que achei muito interessante – por isso, vou lê-la –, ele diz que essas políticas industriais devem gerar emprego e favorecer a desconcentração do desenvolvimento, a melhoria do balanço de pagamento e o fortalecimento da empresa de capital brasileiro e de capacitação tecnológica do País. Esses seriam os quatro pressupostos de uma política de desenvolvimento industrial que ele considera necessária para o País. O jornalista alerta que, no ramo da telefonia fixa, que, recentemente, foi objeto de privatização, só há uma empresa de capital brasileiro, que é a Telemar; todas as outras são empresas estrangeiras. Se tomarmos em conta que muitas dessas empresas adquiriram esses ativos com generosos financiamentos do Estado, com renúncia fiscal e com o parcelamento desses pagamentos, vamos concluir que houve realmente uma grande facilidade para que essas empresas penetrassem no Brasil e participassem desse mercado.

E há mais: é o caso de se questionar se o BNDES deve financiar empresas estrangeiras que queiram participar do mercado brasileiro ou deve apoiar essas empresas brasileiras que estão exangues, muitas delas sem capital e recursos para se lançarem num processo de expansão das suas atividades, ganhando, inclusive, a competitividade necessária, a modernização e o domínio das novas tecnologias. Essa é uma pergunta a se fazer.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, sou um defensor ardoroso da economia de mercado. Penso que, historicamente, ficou provado que o mercado tem muito mais capacidade geradora de riqueza do que o Estado. Mas estou igualmente convencido de que um país com o tamanho, a diversidade geográfica e as desigualdades do Brasil não pode prescindir da presença do Estado, principalmente como formulador de políticas econômicas. É inconcebível que o Estado brasileiro não tenha uma política industrial, não tenha uma política de correção das desigualdades regionais e uma política de favorecimento das empresas nacionais. Por que não? Não sou xenófobo. A xenofobia é uma burrice antes de tudo, mas o capital estrangeiro é

bem-vindo. Mas não há firula, não há argumentação de economista que me convença de que é correto um banco estatal financiar empresas estrangeiras e, às vezes, financiar empresas estrangeiras para adquirir o controle de empresa estatal. Olho com muita inveja um país como a Coréia do Sul, um país de desenvolvimento médio como o nosso, que não apenas beneficiou as empresas nacionais como também se dá ao luxo de ter três grandes transnacionais, como a Hyundai Daewo, a Samsung e a LG, que concorrem em igualdade de condições com as grandes multinacionais americanas, japonesas e européias. Faz inveja o fato de um país como a Coréia – que veio lá de baixo, que há 50 anos não era nada, era um zero à esquerda – ter possibilitado um desenvolvimento econômico à base do capital nacional. Dessa forma, concordo inteiramente com as apreciações de V. Ex^a e com as desse autor, no sentido de que o Governo brasileiro precisa sempre ter políticas de desenvolvimento. Meus parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Senador Jefferson Péres, diz o Secretário Hélio Mattar: "Sem nenhuma xenofobia, devemos dar isonomia à empresa de capital nacional". Quer dizer, aceita-se o mercado como um elemento regulador da economia. Dizia o Primeiro-Ministro francês Jospin: "Eu quero uma economia de mercado; o que não quero é uma sociedade de mercado".

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Já repeti essa frase.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – V. Ex^a já repetiu essa afirmação. Essa é uma frase sobre a qual podemos meditar. A diferença é sutil, mas tem um significado muito relevante, na medida em que não considera o mercado como algo capaz de resolver todas as assimetrias que o próprio processo de competição e de funcionamento da economia termina provocando.

Espero que esse debate, que está sendo trazido a público pelo Secretário de Política Industrial do Ministério do Desenvolvimento, seja um fermento para ativar esse assunto dentro e fora do Governo, uma vez que ele mesmo anuncia a possibilidade de uma segunda onda de desnacionalização, que vai terminar varrendo o restante de empresa de capital nacional que ainda está sobrevivendo nesse campo de muitas dificuldades.

Sr. Presidente, trago, mais uma vez, essa questão à discussão, para que possamos refletir sobre isso. Ainda hoje se falou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o papel do BNDES – foi uma observação trazida à discussão pelo Senador Roberto Freire – como o grande agente e instrumento

do desenvolvimento nacional, mediante o financiamento de empreendimentos de grande importância estratégica para o País, mas esses recursos são limitados por dois fatores de constrangimento: o volume de recursos e a situação das empresas, que, endividadas, já não têm capacidade, nas condições vigentes, de tomar novos empréstimos, porque os juros são elevados. Essa questão, portanto, permanece como algo que suscita o debate, provoca discussão e talvez vá nos levar a um ponto de equilíbrio entre essas propostas.

Hoje, fala-se muito na reformulação do sistema de privatização das rodovias e está-se chegando à conclusão de que as regras estabelecidas são frúidas, não produzem a coerção que às vezes é necessário exercitá-la sobre as empresas concessionárias, seja na manutenção das rodovias, seja na realização dos investimentos que estavam previstos, seja em questões ligadas à preservação ambiental, como o deslizamento de barreiras. Em Rezende, no Estado do Rio de Janeiro, a prefeitura procura levar a empresa concessionária da Dutra a fazer grandes plantios de árvores para contenção das barreiras, evitando-se os deslizamentos que têm provocado acidentes e interrupção de tráfego.

É sempre necessário trazermos esse tipo de problema à discussão, porque poderemos chegar a pontos de equilíbrio que defendam o legítimo interesse do povo brasileiro, inclusive da poupança nacional. Se não há empresa nacional, como poderemos pensar em poupança nacional?

Era essa, Sr. Presidente, a minha contribuição a esse debate, a essa discussão.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos últimos anos, a relação do Estado com o setor sucro-alcooleiro vem-se alterando de maneira significativa, tanto que, atualmente, são livres a produção do açúcar e do álcool e a sua comercialização, tanto interna quanto externa. Entretanto, diante da queda acentuada do consumo do álcool combustível, com seus nefastos refle-

xos na cadeia produtiva do setor, o Governo Federal resolveu tomar uma série de medidas que assegurem a comercialização e o consumo desse álcool combustível e dêem a necessária solidez a esse segmento produtivo.

Entre essas medidas do Governo Federal, destacam-se o aumento do percentual de aditivação do álcool anidro à gasolina; a proibição do uso da mistura de metanol-etanol à gasolina, que competia com o consumo do álcool; a elevação da alíquota do imposto de importação; a aquisição dos estoques excedentes de álcool; e o financiamento dos produtores para a estocagem do álcool. Entretanto, mesmo com essas medidas do Governo Federal, o setor sucro-alcooleiro necessita ainda se articular melhor com o Governo e de seu apoio para que supere a situação de crise por que passa, a fim de que tenha maior sustentabilidade econômica.

O Governo Federal, juntamente com Deputados, Senadores e representantes do setor sucro-alcooleiro, criou a Comissão Interministerial do Açúcar e do Álcool – CIMA, que, por meio de freqüentes negociações, tem procurado tornar viável um conjunto de procedimentos e medidas de apoio a esse setor. Conforme deliberação da Mesa do Senado Federal, fui indicado, juntamente com o Senador Geraldo Melo, para, em nome desta Casa, integrar o CIMA e participar dessas negociações e entendimentos. Tenho, juntamente com o nobre Senador Geraldo Melo, acompanhado com interesse e dedicação os trabalhos desse Conselho e, como é do meu dever, prestando contas não somente à Mesa, como também ao Plenário desta Casa.

Assim, gostaria de comunicar que, conforme entendimentos mantidos com a Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e deliberação da última reunião dos membros representantes dos produtores de álcool, açúcar e fornecedores de cana no Comitê Consultivo do CIMA, ficou acordado que será realizada uma reunião com representantes daqueles segmentos para que se estabeleçam as diretrizes e ações para o ano 2000, e a pauta para a negociação com o Governo Federal. Essa reunião está marcada para o dia 13 de janeiro, portanto, quinta-feira próxima, às 10h, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado Federal.

Sr^ss e Srs. Senadores, ao dar-lhes ciência dessa importante reunião, gostaria de convidá-los a dela participarem, para que, assim, em conjunto, possamos melhor conhecer os problemas do setor sucro-alcooleiro brasileiro, com vistas a auxiliar a sua recuperação e o seu fortalecimento.

Sr. Presidente, gostaríamos, se possível, de contar com a presença de V. Ex^a na abertura desses trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, "Flores do recesso" – com essa irônica expressão, os cronistas políticos costumam designar as declarações ou os pseudo-eventos protagonizados por algumas autoridades durante a calmaria em que mergulham os três Poderes nos feriados de fim de ano. Afinal, esse período sempre exige dos editores e repórteres de Brasília esforços hercúleos de imaginação profissional para preencherem as lacunas do noticiário e assim tentarem capturar uma incerta migalha de atenção de leitores, ouvintes e telespectadores, comprehensivelmente mais preocupados com o intercâmbio de mimos natalinos, a troca de votos de Ano Bom, as férias de verão junto à família, ou então com as angustiantes perspectivas da majoração do Imposto Predial e de forte aumento dos preços do material escolar.

É possível – e, como espero ser capaz de aqui demonstrar, também desejável – que a entrevista concedida pelo Secretário-Geral da Presidência da República, Deputado Aloisio Nunes Ferreira, ao jornal **O Globo**, no penúltimo domingo de 1999, prontamente repercutida nos demais veículos nacionais de comunicação, se enquadre nessa curiosa categoria da botânica política. Em suas declarações àquele diário carioca, o importante articulador político do Planalto indicou a conveniência de o Congresso Nacional abrir um debate sério e aprofundado acerca da adoção do sistema parlamentarista de governo.

Na opinião do Sr. Secretário-Geral, o simples envolver da reforma político-eleitoral e partidária conduziria a esse desfecho, conferindo ao Legislativo uma medida de responsabilidade governamental finalmente à altura dos poderes que lhe foram outorgados pela Carta de 88, na formulação e fiscalização das políticas públicas.

Cumpre lembrar que a atual Constituição, quanto elaborada em clima de euforia parlamentarista (a ponto de haver acolhido o mecanismo da medida provisória), acabou conformando-se a um enxerto presidencialista de última hora, o que, para seus numerosos críticos nas esferas jurídica e política, selaria seu destino como híbrido desajustado, um permanente convite à instabilidade e ao impasse entre os Pode-

res Executivo e Legislativo. Em poucas palavras, um frankenstein constitucional.

É bem provável até que, por estarem cientes do potencial disruptivo de sua problemática obra de engenharia política, os constituintes houveram por bem inserir-lhe uma saída de emergência, ou válvula de escape, na forma do art. 2º do Ato das Disposições Transitórias, que previa a realização de plebiscito sobre forma (monarquia ou república) e sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo).

Ora, o resultado da consulta popular de 21 de abril de 1993 sepultou, mais uma vez, as esperanças dos defensores do governo de gabinete (entre os quais resolutamente me incluo), como já ocorreu 30 anos antes, no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, sobre cujo contexto histórico pretendo comentar, com a necessária brevidade, um pouco mais adiante.

De imediato, porém, é preciso reconhecer que a mera evocação desses episódios traz em si uma advertência séria a todos quantos tencionem conduzir a discussão política do parlamentarismo para além do jardim de hipóteses, especulações e petições de princípio onde são cultivadas as inocentes flores do recesso.

Quero dizer, Sr. Presidente, que qualquer tentativa de ressuscitar o sistema parlamentarista, ao arreio da expressa vontade popular, tão-somente para satisfazer as ansiedades da coalizão governante frente a uma crise sucessória detonada pela impossibilidade de reeleger o novo presidente, que foi e continuará sendo o seu maior fiador, qualquer tentativa nesse sentido, repito, não conseguirá disfarçar o bolorento odor do golpismo que por tanto tempo contaminou a proposta do parlamentarismo e cobriu de incompreensão e desconfiança a intenção de seus propugnadores mais sinceros, tendo à frente a figura inesquecível do Deputado gaúcho Raul Pilla, líder do antigo Partido Libertador.

Notem, Srs e Srs. Senadores, que o mesmo Pilla, naquele que, sob todos os demais aspectos, seria o momento da consagração de uma luta iniciada com a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, sob o comando de Joaquim Francisco de Assis Brasil, aquele mesmo Raul Pilla não pôde sopitar uma nota de profunda preocupação, no discurso à Câmara dos Deputados de 1º de setembro de 1961, justificando seu voto pela emenda parlamentarista. Aprovada sob a forma de Ato Adicional nº 4 e promulgada em 3 de setembro daquele ano, a fim de contornar o veto dos militares à posse do Vice-Presidente João Goulart na esteira da renúncia de Jânio Quadros, fora reapresentada por Raul Pilla em sucessivas legislaturas, desde 1949.

Pois bem, naquela que seria a hora triunfal de sua trajetória política, o bravo gaúcho não se absteve de advertir quanto aos perigos de se submeter o parlamentarismo, "após setenta anos de deformação presidencialista", a tão "rude e perigosa prova", instituindo-o em meio àquela "gravíssima crise política".

Contudo (e não poderia ser diferente), com a grave noção que Pilla tinha de sua responsabilidade, não meramente como "doutrinador do parlamentarismo", mas como político que nele via "o melhor instrumento para realizar a democracia neste convulso continente latino-americano", decidiu seu voto a favor da emenda. Infelizmente o "mal de origem", presente na conjuntura golpista que motivou a adoção do parlamentarismo, em nome de se evitar o pior, terminaria por frustrar as melhores esperanças e confirmar os mais sombrios temores de Raul Pilla.

Inconformado com a limitação de seus poderes presidenciais, Jango manobraria para a volta do presidencialismo a partir do primeiro instante de sua investidura, em 7 de setembro de 1961. Nesse intento, o presidente era apoiado por seu partido, o PTB; pela parcela dita nacionalista das forças armadas; e pelas lideranças sindicais à frente da Confederação dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), do Pacto Intersindical (PUI) e, pouco mais tarde, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); além do crescente movimento em prol da reforma agrária. O mais importante aliado de Goulart em sua luta restauracionista era, entretanto, seu cunhado, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. Quando, na sequência da renúncia, junta informal constituída pelos ministros marechal Odílio Denis da Guerra, almirante Sílvio Heck, da Marinha, e brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica, anunciou a intenção de impedir o retorno de Goulart (então em visita oficial à China Popular) e manter o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli na chefia interina do governo até a realização de eleições extraordinárias, Brizola, contando com o apoio do comandante do III Exército, general José Machado Lopes, desencadearia um movimento nacional pela posse de Jango. A ocupação militar das rádios Guaíba e Farroupilha possibilitara a formação da "cadeia da legalidade" com outras 104 emissoras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Por meio dela, o governador gaúcho havia exortado a população a se mobilizar em defesa da investidura de Goulart, que, enquanto isso, alimentado por telegramas e telefonemas de seus correligionários, empreendera um lento e cauteloso retorno, à espera de uma definição da conjuntura.

Se a dissensão gaúcha, fortalecida com a adesão dos então governadores do Paraná, Nei Braga, e de Goiás, Mauro Borges, colocou o País sob ameaça de guerra civil, em vista da mobilização do I e do II Exército para um possível confronto com o III e do envio de uma força naval para bloqueio dos portos do Rio Grande do Sul, os dezesseis meses de experimento parlamentarista que se seguiram não foram capazes de neutralizar a polarização política. De um lado, havia uma direita visceralmente antigelista, convicta de que Jango era um fomentador de agitações sindicais e uma ameaça à hierarquia nas Forças Armadas; de outro, uma esquerda que via no fortalecimento da autoridade presidencial de João Goulart condição indispensável para a realização de um radical programa de transformações fundado na reforma agrária, na política externa independente face aos Estados Unidos, na nacionalização de concessionárias estrangeiras de serviços públicos ou mesmo de indústrias e mineradoras multinacionais e nas chamadas reformas de base (agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana).

A essa escalada de conflito e intolerância sucumbiram, em rápida sucessão, os gabinetes chefiados pelos primeiros-ministros Tancredo Neves (8 de setembro de 1961 a 26 de junho de 1962), Brochado da Rocha (10 de julho a 14 de setembro de 1962) e Hermes Lima (18 de setembro de 1962 a 6 de janeiro de 1963). O Ato Adicional dispunha que Jango exerceria a chefia do Estado até 31 de janeiro de 1966. O artigo 25 do mesmo texto previa a realização de um plebiscito, "nove meses antes do termo do atual período presidencial", dando à Nação o direito de pronunciar-se pela manutenção ou não do sistema parlamentar.

Contudo, a sequência de crises ministeriais, em boa medida estimuladas pelo próprio presidente da República, possibilitou a seus aliados no Congresso a aprovação de lei ordinária que antecipava a consulta popular para janeiro de 1963.

Da tribuna da Câmara, com a corajosa lucidez de sempre, o então Deputado Raul Pilla denunciou a constitucionalidade da manobra, anos depois, argumentando que o povo não teria oportunidade de votar com acerto e conhecimento de causa por não conhecer "suficientemente o sistema parlamentar". Em seu manifesto à Nação, por ocasião do plebiscito de 1963, o velho líder do PL insistia que "só uma emenda à Constituição, nunca uma lei ordinária, poderia alterar a data fixada".

Tudo em vão. O plebiscito realizado na nova data restaurou o presidencialismo. Jango, por sua vez, não teria tempo para consolidar sua vitória. Pou-

co mais de um ano depois, seria derrubado pelo golpe de 1964.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a triste síncope histórica do parlamentarismo em nosso País não deve levar à desesperança aqueles que, como eu, acreditam a longo prazo na superioridade dessa solução como alternativa às crises de poder, à paralisia decisória, enfim, aos impasses que, ao longo de quase toda a nossa experiência republicana, fizeram da democracia brasileira aquela planta frágil de que falava Otávio Mangabeira.

Nós, parlamentaristas sinceros, defensores do governo de gabinete por convicção, e não por conveniência tática, devemos extrair da acidentada trajetória aqui bosquejada, lições de respeito à democracia, naquele espírito de amor à liberdade advogado por Voltaire, ainda no século XVIII.

Nas duas oportunidades em que o povo brasileiro foi chamado a se pronunciar, a última delas há menos de sete anos, a proposta parlamentarista recebeu um sonoro e inequívoco "não". De nada nos vale aqui chorar sobre o leite derramado, lamentar a oportunidade de desenvolvimento político perdida, pôr a culpa nos meandros traíçoeiros da conjuntura ou, irresponsavelmente, deplorar a imaturidade cívica do povo brasileiro.

Nada disso nos exime do dever da autocritica diante dos nossos fracassos até agora em persuadir a opinião pública nacional dos méritos e das vantagens do sistema parlamentar. Sua conquista e consolidação, no futuro, dependerá de um paciente e esclarecedor trabalho de convencimento, comunicação e educação política das massas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – V. Ex^a tem o aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Jefferson Péres, cumprimento V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, analisando a questão do parlamentarismo e a inopportunidade do assunto no momento em que o País atravessa problemas mais sérios para serem debatidos, discutidos e solucionados, como muito bem historiou V. Ex^a. O povo brasileiro, por várias vezes, disse "não". Aqueles que defendem o parlamentarismo entendem que talvez tenha havido falta de esclarecimento; aqueles que defendem o presidencialismo julgam realmente ser esse o melhor sistema de governo. Aliás, incluo-me entre aqueles que defendem o presidencialismo – V. Ex^a defende o parlamentarismo –, porque, se o presidencialismo não fosse importante e bom, não teríamos, hoje, a nação mais desenvolvida do mundo vivendo em um re-

gime presidencialista. Respeito e admiro a postura de V. Ex^a ao fazer essa análise serena e equilibrada sobre a questão do parlamentarismo neste momento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Não é o momento de se discutirem os méritos e deméritos dos dois sistemas. No entanto, como parlamentarista convicto, que defendi, que fiz campanha pelo parlamentarismo em 1993, compareci à televisão, ao rádio, participei de inúmeros debates – e continuo, mais do que nunca, convencido disso –, sinto-me à vontade para dizer que institui-lo agora, sem consulta popular, realmente seria uma tremenda falta de respeito ao povo brasileiro, e, pior, condenar esse regime a uma vida muito curta.

Nesse sentido, creio que os nossos piores adversários não são aqueles políticos que, teimosa mas abertamente e sem subterfúgios, porfiam em manter a Nação no beco sem saída do presidencialismo, e sim aqueles parlamentaristas de resultado, que, presos de um pragmatismo mesquinho, vêem na mudança de sistema tão-somente um atalho para garantir suas pretensões continuistas.

Para lançar raízes profundas e crescer no limite de sua potencialidade, a árvore da democracia deve ser protegida das tempestades que os semeadores de vento, vez por outra, fazem brotar, ainda que sob o inocente pretexto de estarem cultivando flores do recesso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, V. Ex^a um aparte?

O Sr. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Eu já havia encerrado o meu pronunciamento, Senador Eduardo Suplicy, mas não poderia deixar a tribuna sem ouvir V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. EX^a por condenar as tentativas oriundas ora do Palácio do Planalto, ora aqui do Congresso Nacional no sentido de que se proponha o parlamentarismo no Brasil. Essas vozes claramente pretendem perpetuar no poder as forças que estão hoje no Palácio do Planalto. É muito importante que V. EX^a, que tem, por convicção, uma trajetória de defesa do parlamentarismo, esteja hoje distingindo muito bem que não se poderia adotar o parlamentarismo sem que houvesse um processo de consulta popular. E, obviamente, há que se levar em conta as duas vezes, recentes, em que o povo brasileiro foi chamado às urnas para decidir sobre a adoção do presidencialismo ou o parlamentarismo e até mesmo da monarquia, como na última vez. A primeira consulta ocorreu em 1963; a segunda, em 1993, com um espaço, portanto, de trinta anos. Não passaram senão sete anos de

quando o povo brasileiro, por larga margem, expressou a sua vontade de ter um regime presidencialista. Por essa razão, de maneira alguma se poderia pensar em uma decisão que fosse apenas do Congresso Nacional, mediante emenda à Constituição, sem que o povo fosse consultado. O Presidente da República, em entrevista recente ao **Jornal do Brasil**, expressou que não estaria cogitando essa possibilidade e até reconheceu que isso poderia ser visto como uma forma de se manter no poder as forças que estão no Palácio do Planalto. Sua Excelência tem a noção clara do diagnóstico que qualquer pessoa de bom senso faria. É o que tem acontecido. Os mais diversos comentaristas políticos têm chamado a atenção para isso. Cumprimento V. Ex^a por aqui estar ressaltando que, de maneira alguma, poderia o Congresso Nacional avançar na direção de modificar o atual regime de governo, sem que seja considerada a devida consulta à população brasileira. Mas isso, obviamente, deverá ser feito em tempo hábil, sem precipitação e demaneira que não sejam mantidos no poder os que estão no Palácio do Planalto, como pretendem alguns. Cumprimento V. Ex^a concordando com os termos do seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Oxalá o Presidente da República esteja sendo sincero em sua manifestação, não encorajando os que o cercam a continuar com essa campanha em favor de um parlamentarismo que não sobreviveria, porque nasceria maculado pelo vício da ilegitimidade.

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para fazer um relato do período de recesso, ocasião em que tive a oportunidade de visitar os municípios do Estado do Acre. Trago uma satisfação de ordem política sobre a realidade ali encontrada e sobre nossas conquistas.

O Governo do Estado do Acre, que é um Governo do Partido dos Trabalhadores, aliado a uma Frente Democrática de Partidos, assumiu o compromisso histórico de conduzir um Estado da Amazônia Ocidental, o Acre, apontando um modelo de governo que saísse do fisiologismo, das miudezas políticas e dos interesses escondidos que dominavam aquele Estado em governos anteriores, eivado em práticas de corrupção. Ao mesmo tempo, assumiu, com determinação, o compromisso da austeridade, da responsabilidade pública, da visão da prioridade e da busca da qualificação da máquina do Estado, para mostrar ao povo acreano e ao povo brasileiro o exato tamanho do

nosso Estado e a exata dimensão que deveria ter a iniciativa privada na contribuição para o desenvolvimento.

Foi um ano de grandes dificuldades esse primeiro ano de governo, mas tenho o prazer de comunicar ao Senado Federal que já foi regularizado o pagamento de 16 meses de salários atrasados, herança de governos anteriores. No dia 17 de dezembro, foram pagos o décimo-terceiro e o salário do mês de todo o funcionalismo público. Dessa forma, estamos iniciando o segundo ano de governo sem endividamento público. Estamos ainda estabelecendo prioridades para que possa deslanchar uma idéia de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Na área da saúde, o atual Governo deu um exemplo na busca do controle de doenças infecciosas e parasitárias, alcançando um índice de 93% na cobertura vacinal contra a febre amarela, doença que ameaça mais de sete milhões de brasileiros – temos o melhor índice da História do nosso País. Esse Governo também apresentou o melhor índice de cobertura vacinal contra a hepatite B, maior flagelo de saúde pública que temos na Amazônia. Ao mesmo tempo, implantou um plano de cargos, carreiras e salários que atingiu mais de 60% de seu funcionalismo e caminha, neste segundo ano, na direção de atingir metas que nenhum governo anterior alcançou devido às dificuldades estruturais existentes.

O Governo do Acre está-se afirmado também como o que mais estradas construiu em seu primeiro ano de atuação. Entretanto, existia a idéia de que este governo não se preocuparia com essa questão e com a integração do canto oeste da Amazônia brasileira.

Acredito que o povo acreano respira hoje um ar de esperança num cenário nacional difícil, de aflição, de desemprego. Ainda assim, esse povo consegue ter esperança, já que sente que há um governo firme e consistente, um governo que cumpre os compromissos políticos assumidos, um governo que trabalha com orçamento participativo, que já comemora a possibilidade de aumento da produção estadual e que sabe dividir com a sua representação política cada momento de dificuldade que o povo terá de atravessar.

Cito também a onda de violência que afligia o Acre, Sr. Presidente, lembrando que, após um ano de atuação do Governo Jorge Viana, não houve um caso de policial matar cidadão ou de cidadão matar policial, o que era comum naquele Estado. Há registro de prisões de grupos de extermínio, de pessoas ligadas ao esquadrão da morte e de pessoas ligadas ao narcotráfico. O Governo caminha na busca da pacificação

da sociedade e pretende dizer a este País que é possível acreditar nas instituições públicas, é possível governar com um planejamento objetivo, de maneira estratégica, com senso de prioridade, de organização e de qualificação de seus servidores.

O Governo do Acre tenta não ver o servidor público apenas como um agente de problemas ou de dificuldades, mas como alguém incorporado a um processo de construção social, alguém que torce para que se construa uma realidade nova dentro do seu próprio território.

Acredito que o passado do Acre é tão bonito, tão desbravador e corajoso que merecia entrar no ano 2000 com um Governo em que todos dividem um horizonte de grandes esperanças e de mudanças nos indicadores sociais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o País vive problemas climáticos diferentes. Nunca se pensou que pudéssemos ter uma seca que castigasse as lavouras por mais de noventa dias como ocorreu no sul do País. Esse fenômeno, bastante comum no Nordeste, atingiu as lavouras do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul. E há notícias de que no Rio Grande do Sul a cultura do milho já teria uma redução de 40% em função da seca em extensas áreas. De outro lado, o Paraná, que é ainda o maior produtor de grãos do País, também sofreu o impacto da seca que durante setenta e cinco dias atingiu a principal região produtora, o norte e o oeste do Estado, próximo a Santa Catarina, do Senador Casildo Maldaner, Estado que também foi atingido no oeste.

Isso, sem dúvida nenhuma, faz com que haja preocupação com o abastecimento do próximo ano, principalmente da cultura de milho.

A estiagem que ocorreu no sul do País também se dá em Minas Gerais e São Paulo. No entanto, em algumas regiões desses Estados a crise está sendo provocada muito mais pela abundância das chuvas, que provoca enchentes e faz sofrer milhares de desabrigados.

Hoje refiro-me à crise que pode trazer a estiagem prolongada nas regiões produtoras do País. Essa crise pode colocar a descoberto, denunciar mesmo, a absoluta falta de planejamento no que se refere à segurança alimentar neste País. Tenho insistido em dizer que não temos no Brasil uma política de segurança alimentar que dê tranquilidade à população – e quem deve estabelecer a é o próprio Governo.

É o Governo que deve estabelecer, através de planejamento de médio e longo prazo, uma política de segurança alimentar. Isso significa dispor de uma produção suficiente para atender a toda a população, mesmo em tempos de escassez ou de crises provocadas por fenômenos climáticos adversos.

No ano passado, perguntei a algumas autoridades do Governo que estiveram na Comissão de Assuntos Sociais se o Governo tinha uma política de segurança alimentar. Todos responderam que havia essa política de segurança alimentar, tanto que existem trinta milhões de cestas básicas para o País.

Hoje, quando entrei no plenário, ouvi uma conversa entre a Senadora Marluce Pinto e o Senador Wellington Roberto, do Estado da Paraíba. Falavam exatamente sobre problemas climáticos nos seus Estados. Falavam da seca. Em algumas regiões, repito, foi a enchente; em outras regiões, a seca. No entanto, isso tem evidenciado e deixado muito às claras que o Governo não pratica a política de segurança alimentar recomendada pelo Banco Mundial, pela FAO, pela ONU, por todos os órgãos, como premissa básica para garantir a dignidade a sua população. Não pratica, porque, se ofizesse, não teríamos lido nos jornais, como fiz no final do anos passado, uma entrevista do Ministro da Agricultura, onde dizia: "temos feijão para mais três dias nos estoques oficiais do Governo; temos milho para mais cinco dias." Evidentemente isso não é estoque regulador; nem sequer é estoque de segurança para garantir a chamada política de segurança alimentar.

Mas, como eu dizia, os dois Senadores, falando do clima dos seus Estados, estavam preocupados com a produção agrícola e suas consequências. Queda da produção significa queda de renda, queda do nível de emprego e sobretudo queda no nível de alimentação de uma população que já é carente. Se o Governo afirma ter uma política de segurança alimentar, pela distribuição das trinta milhões de cestas básicas, posso garantir que esse fato é o maior atestado que o Governo passa da não-existência da política de segurança alimentar.

Um país que tem política de segurança alimentar não precisa atender com a distribuição de cestas básicas. Não que eu seja contra, muito pelo contrário – já me olhou o Senador Maguito Vilela assustado –, não! Não sou contrário. É que a exigência ou a necessidade de se distribuir cesta básica, Senador Maguito Vilela, é a negação da política de segurança alimentar, porque, se ela existisse, não teríamos necessidade e obrigação de estarmos distribuindo a cesta básica. Duvido que haja um só pai de família neste País, que, ao ter duas oportunidades de escolha: uma ces-

ta básica, dada pelo Governo de graça, ou poder comprar a cesta básica, pelo seu trabalho, com o emprego que teria, faça a primeira opção. Todos vão escolher trabalhar e, com o resultado desse trabalho, comprar a comida para a família.

Mas não é isso que acontece. A segurança alimentar não significa, portanto, a oportunidade que o Governo dá a trinta ou quinze milhões de famílias de receberem a cesta básica; significa que o País deveria ter uma política que privilegiasse a produção rural, para que pudéssemos evitar essa distribuição. Segundo a *Gazeta Mercantil* de hoje, cerca de 30% do crescimento do desemprego no País se deve ao êxodo rural, provocado com intensidade, nos últimos anos. E a intensidade do êxodo rural deve-se exatamente à inviabilidade da pequena e da média propriedade neste País.

Fui daqueles que neste Senado se insurgiram contra o perdão da dívida dos agricultores. É bom dizer a verdade: o perdão da dívida atingiu grandes devedores e poucos agricultores. O perdão da dívida privilegiou poucos felizardos, protegidos, aliás alguns deles até por mandato parlamentar, já que esses vieram em busca dos seus interesses particulares e defenderam aqui uma causa particular. Sim, é preciso dizer. Perguntem aos devedores do Pronaf – e são poucos, porque a inadimplência do Pronaf não chega a 2% – se tiveram o perdão ou a renegociação da dívida. Não tiveram, porque não foram alcançados pela medida provisória, que atingiu apenas devedores de cerca de R\$200 mil ou mais. Essa injustiça praticada também denota e denuncia, como eu disse no início, a falta de planejamento neste País para garantir, para assegurar, para dar tranquilidade à população de uma segurança alimentar duradoura, permanente, e não apenas quando o Brasil, por um bem divino, colhe uma boa safra porque teve um bom clima. Já ingressamos no ano 2.000 e podemos colher uma safra insuficiente para abastecer a população brasileira em tudo o que consumimos, do café da manhã ao jantar. Entretanto, quando nos sentamos à mesa para comer pão, estamos comendo parte do trigo importado, já que 80% do pão que comemos é proveniente do trigo importado. Quando o brasileiro se senta para almoçar, está comendo feijão e arroz importados, uma vez que, em determinado momento, o Governo preferiu apoiar a importação dos produtos agrícolas a apoiar os produtores de arroz do Centro-Oeste e do Sul do País. E, quando se senta para o jantar, se vai colocar a farinha de milho à mesa, está servindo milho importado. Se coloca carne de suíno, ave ou ovo, está colocado componente importado, porque o milho no ano

passado foi importado num volume que chegou a 2 milhões de toneladas. Dessa forma, com as consequências sofridas pelas lavouras de milho, embora o Governo diga que não, seguramente teremos de importar cerca de 5 milhões de toneladas neste ano, desequilibrando o sistema produtivo nacional. Vai bem o produtor de milho quando vão bem os produtores de aves, de suínos e de gado leiteiro. Não podemos particularizar e individualizar as culturas e exultar porque o preço do milho subiu e o respectivo produtor está ganhando dinheiro. O produtor de milho não está conseguindo produzir com a seca, e quem está perdendo, e muito, são os produtores de pequenos animais, que estão pagando um preço alto pela falta de planejamento e pela falta de estoques reguladores neste País.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Concedo, com satisfação, o aparte ao Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a está abordando com muita propriedade este tema, não só em relação à realidade social do Brasil, mas também no que se refere à política agrícola, aliás, à inexistência de uma política agrícola brasileira, haja vista que há mais de dez anos estamos produzindo o mesmo volume de alimentos, sem alteração alguma ou com poucas oscilações. V. Ex^a tem sido um defensor intransigente dos agricultores brasileiros. Tenho acompanhado os seus posicionamentos. Com relação ao mini e ao pequeno, V. Ex^a diz que sua tendência é desaparecer. É verdade. Daqui a pouco, farei um pronunciamento a respeito disso, quanto à importação de leite. Gostaria que o Senado atentasse para este detalhe: no mês de dezembro, o Brasil importou, principalmente da Argentina, 24 mil toneladas de leite em pó e 11,4 toneladas de leite longa vida. Esses produtos entraram no País em plena safra e foram adquiridos por US\$1.500 a tonelada, quando normalmente são vendidos à Argentina por US\$2.100. Ou seja, estão sendo comercializados por 71% de seu preço original. Isso caracteriza claramente a prática do **dumping**, amplamente danosa aos interesses nacionais, concorrendo com os pequenos pecuaristas da área leiteira do nosso País. Citei esse exemplo apenas para ilustrar a V. Ex^a que este Governo quer destruir também o pequeno produtor de leite ao importar leite da Argentina nessas condições.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Maguito Vilela. Complemento a informação de V. Ex^a, trazendo um dado de extrema importância. O Brasil tem um consumo de leite de aproximadamente 18 bilhões de litros por ano. Estamos produzin-

do 20,5 bilhões. Mesmo que o poder aquisitivo da população cresça, teríamos ainda uma margem para atender ao consumo, que cresceria junto, sem a necessidade de importar. No entanto, apesar das denúncias que fiz desta tribuna muitas vezes, o Governo brasileiro ainda não fez a investigação solicitada pela Associação Brasileira de Produtores de Leite e endossada por vários Senadores desta Casa. Trata-se de uma denúncia de extrema gravidade, no sentido de que está havendo triangulação nas operações de importação de leite de empresas brasileiras que importam da Argentina, visto que esse leite tem procedência européia. Pior que isso: leite descartado da União Européia, que tem estoques imensos em função dos altos subsídios concedidos a seus produtores. Evidentemente, a Rodada do Milênio frustrou a expectativa de milhares de produtores brasileiros que aguardavam que os resultados daquela negociação pudessem significar a redução do protecionismo, principalmente nos países da União Européia e nos Estados Unidos, para que pudéssemos ter condições, pelo menos melhores, de competir com aqueles países.

No entanto, quando V. Ex^a diz que a tonelada lá custa mais de US\$2 mil, chegando aqui a US\$1.500, é mais um atestado que está sendo passado de que esse leite não tem origem argentina; ele tem origem européia, mas recebe o rótulo argentino para gozar das regras estabelecidas pelo acordo do Mercosul. O Mercosul, sem dúvida alguma, é uma grande conquista para a nossa região, para o Brasil. Entretanto, não pode ser utilizado como arma contra os interesses da nossa economia, principalmente para um setor – V. Ex^a acaba de citar o setor leiteiro – que gera cerca de 1,8 milhão de empregos em todo o País, e esses 1,8 milhão de trabalhadores brasileiros têm colocado em risco os seus empregos todos os dias em que uma operação desta natureza é feita sem o devido cuidado pelas autoridades do Governo brasileiro.

Também o Uruguai, a ponto de, em determinado ano, a produção uruguaia ter sido inferior à sua exportação ao Brasil, ou seja, o volume de leite que o Uruguai exportou para o Brasil foi superior, se não me engano, no ano de 96 ou 97, a toda a produção uruguaia. É evidente que não há milagre que possa explicar isso, a não ser uma operação triangular feita com países da União Européia e que, evidentemente, gozam da seguinte prerrogativa: ao invés de pagarem 28% de taxa, de imposto, acabam tendo a dedução de 18%, concedida pelo acordo do Mercosul. Isso, portanto, é responsabilidade do Governo, que precisa investigar essas denúncias.

As denúncias feitas em relação à cultura do algodão não foram investigadas, e essa cultura acabou sendo dizimada, não pela praga do bicudo, porque os bicudos mais vorazes da cultura do algodão foram evidentemente aqueles que permitiram a importação subsidiada e aí devo fazer um parêntese, porque essas importações começaram logo depois do término do Governo Sarney. Quando era Presidente o Senador José Sarney lembro-me bem, o Brasil produzia o suficiente para ser o maior exportador de algodão. Chegou a ser o segundo colocado, apenas atrás da China e, em determinado ano, chegou a ser o primeiro exportador de algodão. De repente, transformou-se no maior importador de algodão, a ponto de vermos as indústrias instaladas naquele período, indústrias que geram intensamente mão-de-obra e empregos, estarem hoje tendo que rodar, utilizando-se de fibras sintéticas, importando fibras sintéticas para fazer camisas sintéticas, roupas sintéticas, já que não têm matéria-prima, já que o produtor nacional foi massacrado pelo algodão importado. Os preços caíram abaixo do custo de produção, e, evidentemente, eles abandonaram suas estruturas produtivas, partindo para outras alternativas.

Não se retoma a agricultura de um ano para outro. Há aqueles que pensam que o produtor pára de plantar uma cultura em um ano e volta no outro. Não, não volta. Ele vai adaptar a semeadeira, vai vender a colhedeira de uma cultura para comprar uma colhedeira para outra cultura, vai modificar a estrutura de armazenagem que ele tem. Ele modifica tudo. Ao modificar, não retorna mais facilmente àquela cultura. Foi o que aconteceu com a cultura do algodão: até hoje, o Governo nega-se a investigar o subsídio na origem. Essa medida de investigar-se o subsídio na origem e estabelecer salvaguardas é admitida pela Organização Mundial do Comércio, pelo Gatt, pelo Tratado Internacional de Tarifas e Comércio. Por que então não se investigam quais os interesses ou qual o poder que tem o país que está exportando para cá? Quais são os interesses que amedrontam ou encorajam aqueles que deveriam fazer a investigação?

Prefiro pensar que há estímulos que desencorajam a realização dessas investigações. Há interesses muito obscuros, inexplicáveis mesmo, que deveriam ser esclarecidos para a população brasileira. Por que isso continua acontecendo em nosso País, apesar de todo o discurso que vem sendo feito no sentido de fortalecer o Brasil no mercado internacional, de inseri-lo no mercado internacional? A via tem sido às avessas, a mão é contrária: estamos, ainda, sendo soterrados por produtos importados sem o cuidado devido.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^e a oportunidade deste aparte. Gostaria de dar um depoimento sobre a produção de leite no Rio Grande do Norte. O nosso Estado sempre foi importador de leite, pois não havia produção. Essa situação perdurou até que o Governo do Estado resolveu implantar o Programa do Leite, garantindo, na produção, o preço justo. Com isso, hoje, o Rio Grande do Norte tem sua população abastecida com o leite lá mesmo produzido e, em plena seca, trinta mil novos empregos foram gerados na porteira do curral e nas usinas de pasteurização do leite. Este é um exemplo que o Brasil podia seguir tranquilamente, porque, com sua extensão territorial imensa, não precisa, absolutamente, importar produtos agrícolas ou produtos da área rural. Muito obrigado a V. Ex^e.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Agnelo Alves.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço V. Ex^e.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Eminente Senador Osmar Dias, eu lhe pedi este aparte para dizer que V. Ex^e aborda um assunto de grande importância num momento muito oportuno. V. Ex^e citou o algodão. Nós temos dito, insistido até, que essa abertura indiscriminada tem sido fonte de muitas injustiças e tem perturbado a economia do nosso País. Nós temos que compreender que, enquanto houver fronteiras políticas, haverá tratamento diferenciado no campo da economia em cada país. Cada país tem sua política trabalhista, cada país tem sua política previdenciária, sua política monetária, sua política cambial e, portanto, cada país tem suas taxas de juros. No momento em que o Governo eliminou as alíquotas de impostos aduaneiros, por exemplo, para a importação do algodão, ele o fez num momento em que as taxas de juros vigentes no mercado brasileiro eram, pelo menos, seis a oito vezes superiores às taxas praticadas nos países com os quais competíamos. Então, vindo desses países, ingressaram grandes partidas de algodão no mercado brasileiro, com prazo de 400 dias, a juros de 6% nesses 400 dias. É óbvio que bastaria esse diferencial para matar a cotonicultura brasileira. E foi o que aconteceu. Nós chegamos a produzir um milhão de toneladas de algodão e produzimos, durante vários anos, acima de 800 a 900 mil toneladas, o que era suficiente para o nosso consumo e permitia ainda que algum excedente fosse exportado.

Com a política introduzida, acabamos importando mais de 50% do nosso consumo: o Brasil chegou a importar quase 500 mil toneladas de algodão. Recentemente é que descobrimos novas fronteiras, como, por exemplo, Mato Grosso, que está trazendo uma safra surpreendente – como foi a do ano que passou – em termos qualitativos e quantitativos. Esse fato reflete a força das características naturais do Brasil, porque mesmo aquela produção continua sofrendo o mesmo tipo de competição desigual. Trago, portanto, a minha palavra de parabéns por seu ilustre pronunciamento e quero dizer que V. Ex^a, sempre, especialmente nessa área da agricultura, tem trazido grande contribuição a esta Casa. Meus parabéns.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador José Alencar. V. Ex^a entende muito bem da cultura do algodão e, por isso, deu um depoimento importante.

Ao partir para o encerramento de meu pronunciamento, gostaria de deixar aqui alguns dados oficiais. Ouvi muito que este ano 2000 será o ano do emprego, o ano do trabalho – todos querem que assim seja. A propósito desse prognóstico, gostaria de deixar um dado de extrema importância. Quando estava reunida a Comissão da Pobreza – instituída a partir de proposta da Senadora Marina Silva para dar atendimento ao projeto de lei apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães a esse respeito e que foi presidida pelo Senador Maguito Vilela – este dado foi muito debatido.

Dos mais de trinta milhões de brasileiros colocados abaixo da linha da pobreza, quinze milhões estão no campo. Se nós temos 23% da população vivendo no campo, esse dado revela que a grande maioria dos famintos, dos miseráveis, está onde se produz a comida. Este é um dado que o Governo deveria tomar como ponto de partida para promover uma grande revolução no campo neste país, para acabar de vez com esse paradoxo, com essa contradição de que quem produz a comida está passando fome. Isso está ocorrendo: são quinze milhões de brasileiros que não comem diariamente no campo.

De outro lado, é preciso que o Governo brasileiro adote, como ponto de partida para o seu planejamento, um outro dado: dezoito milhões de brasileiros trabalham na agricultura, são trabalhadores empregados no campo. Para cada um no campo, mais um na cidade: são 36 milhões de brasileiros. Quando vejo o Governo, repetindo surrado discurso, dizer que nós vamos reativar a construção civil para recuperar o emprego no País, até concordo; afinal de contas, a construção civil é importante para recuperar o empre-

go. No entanto, todos os trabalhadores da construção civil somados chegam a três milhões, e eu falei aqui de dezoito milhões empregados no campo. Todos os trabalhadores da indústria chegam a nove milhões.

A mesma importância que se dá ao discurso deveria ser dada à prática ao dizer que este ano a agricultura será prioridade para que possamos recuperar a renda e o emprego no campo.

Dou uma sugestão: o Governo já poderia começar pensando no desabastecimento que vai ocorrer este ano e incentivar, de forma corajosa – não da forma tímida e hesitante que se observa normalmente –, a produção de uma grande safra de milho a ser plantada no início do ano, a chamada safrinha. Com esse objetivo, deveria liberar crédito para iniciarmos o combate ao desabastecimento neste País.

Além disso, é preciso chamar as pessoas que conhecem o assunto para traçar uma política de segurança alimentar. Dessa forma, estariam combatendo, de fato, a miséria e a pobreza no Brasil, partindo da sua raiz, de onde ela começa, no campo, porque é de lá que a família desempregada vem para provocar pressão ao emprego nas cidades. É na zona rural que está a origem da miséria e da fome neste País.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF. PSDB/I/Nº 7/00

Brasília, 11 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Alberto Goldman, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 2014-1/00, em substituição ao anteriormente indicado.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 218, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do apresentador de TV e ex-Deputado Federal Blota Júnior, destaque comunicador do meio televisivo brasileiro.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 2000. – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

Concede a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, para encaminhar a votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL– SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tivemos duas grandes perdas na área da comunicação: o nosso querido ex-Deputado Blota Jr. e J. Silvestre, ambos falecidos recentemente, durante o recesso parlamentar. Tenho aqui os históricos tanto do Deputado Blota Jr., que foi um grande amigo e um grande político no meu Estado, inclusive representando bem o meu Estado na Câmara Federal, bem como o de J. Silvestre.

Sr. Presidente, para adiantar os nossos trabalhos, solicito a V. Ex^a que o meu pronunciamento seja dado como lido e peço aos Srs. Senadores que aprovem este requerimento que agora faço, em razão de ter sido Blota Jr. um grande expoente da comunicação nacional, como também um grande político. Com isso, poderemos inserir, na Ata do Senado, os tristes passamentos, registrando, porém, a história dos dois grandes comunicadores.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

DISCURSO DO SENADOR ROMEU TUMA
Senado Federal – janeiro de 2000

Pronunciamento sobre os falecimentos de Blota Jr. e J. Silvestre, pioneiros da TV no País (sessão de 11-1-2000, durante a convocação extraordinária do Congresso).

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

O desaparecimento de dois portentos dos meios de comunicação durante o período de recesso parlamentar enlutou o rádio e televisão brasileiros. Celebrados como Blota Jr. e J. Silvestre, ambos os falecidos tornaram-se famosos já nos primórdios da TV, em solo pátrio, por serem os pioneiros que apresentavam os mais famosos programas de auditório da década de 50. José Blota Júnior deixou-nos dia 22 de dezembro último, aos 79 anos. João Silvestre, dia 7 do corrente, aos 77 anos.

Fora dos palcos, Blota Jr. teve brilhante desempenho como parlamentar e Secretário de Estado, a partir de 1954, quando se elegeu Deputado Estadual em São Paulo pela primeira vez. Em 1962 e 1966 – neste ano como o candidato mais votado –, conquistou dois novos mandatos à Assembléia de meu Estado e, em 1970, durante a administração do saudoso Governador Abreu Sodré exerceu a Liderança do Governo no Legislativo estadual. Finalmente, em 1975, chegou à Câmara Federal também com expressiva votação e nela integrou a Comissão de Constituição e Justiça.

Blota Jr. foi o primeiro a ocupar o cargo de Secretário de Esportes e Turismo em meu Estado, no Governo Laudo Natel, entre 1963 e 1967. Também foi o primeiro a ocupar a pasta das Comunicações então criada pelo Governo Paulo Maluf, que deixou em 1981 para se dedicar exclusivamente à televisão. Em 1986, ao transferir-se para a Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão após 33 anos de trabalho na TV Record, disse que “a política é como a juventude: uma doença que passa em pouco tempo; estou definitivamente curado”. Na Bandeirantes, apresentou o “Programa Blota Jr.” e comandou os debates políticos no “Fogo Cruzado”. Um de seus últimos trabalhos na TV foi o programa “Gente que Brilha”, exibido pelo SBT até 1997, com apresentação de carreiras de gente famosa, ao estilo do antigo “Esta é a sua Vida”, criado por J. Silvestre.

Blota Jr. militou na imprensa por mais de 60 anos, como jornalista e radialista, tornando-se um dos fundadores da Academia Paulista de Jornalismo. Começou aos 12 anos, no *Correio d’Oeste*, em Ribeirão Bonito, sua cidade natal, 260 quilômetros a noroeste de São Paulo. Na Capital paulista, ingressou no jornal *O Esporte* e passou a assinar reportagens com o pseudônimo “Joe Palito”. Em seguida, em 1939, veio a extinta Rádio Cosmos, onde atuou como locutor de estúdio, locutor esportivo e repórter. Depois, em 10 de julho de 1943, chegou a vez da Rádio Record, integrante da organização na qual se transformou em pioneiro da TV, pelas mãos do saudoso Paulo Machado de Carvalho, que notaria sua versatilidade e desembarço ao comandar programas de auditório. Dizia considerar-se “um crítico literário frustrado”, o que não o impediu de apresentar com total desenvoltura programas como “Esta Noite se Improvisa” e “Alianças para o Sucesso”, além de festivais de MPB que popularizaram valores como Elis Regina, Edu Lobo, Tom Jobim, Gal Costa, Jair Rodrigues, Caetano Veloso e Chico Buarque de Holanda.

Na década de 40, casou-se com Sônia Ribeiro, com quem dividia o palco no programa “Escola Risonha e Franca” e que, em 1946, o acompanhou aos Estados Unidos para participar de “A Voz da América”. Tiveram três filhos: Sônia Ângela, José Blota Neto e José Francisco. Sônia Ribeiro faleceu em 1987.

Na adolescência, Blota Jr. ambicionava a carreira diplomática, tanto que, ao se mudar para São Paulo, tratou imediatamente de ingressar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Entretanto, precisou interromper o curso, que retornou e terminou em 1949. Advogou por 12 anos.

O radialista, jornalista e ex-Parlamentar permaneceu internado desde o dia 29 de novembro, no Hospital Sírio Libanês, pois estava com problemas de saúde havia seis meses, precisando de sucessivas transfusões de sangue em decorrência de moléstia que afetava a produção de plaquetas. Faleceu de insuficiência respiratória causada por pneumonia. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa onde acorreram personalidades e autoridades assim como atuais expoentes do rádio e televisão. Seu corpo está sepultado no Cemitério do Araçá.

Contemporâneo de Blota Jr., João Silvestre – O J. Silvestre de "O Céu É o Limite", nos anos 60, e de muitos outros sucessos, como "Essa é a sua Vida", na década de 50 – adotou estilo um pouco diferente ao tornar-se pioneiro da televisão brasileira. Em seu "show" de perguntas e respostas, criou o famoso bordão "Absolutamente certo!", que levava ao delírio as torcidas participantes. Faleceu de insuficiência respiratória em consequência de moléstia degenerativa dos pulmões, num hospital de Fort Lauderdale, Estados Unidos, onde estava internado há três meses. Seu corpo foi cremado e as cinzas, lançadas ao mar. Era casado com a Srª Nívea Silvestre, de 70 anos, e tinha quatro filhos.

Considerado por muitos como o último representante do grupo de grandes apresentadores da TV, que incluía Flávio Cavalcanti e Blota Jr., J. Silvestre dirigiu o programa "Domingo Milionário", na extinta TV Manchete, como seu derradeiro trabalho, em 1997. Em 1950, apresentara o programa inaugural da extinta TV Tupi. Sua fama cresceu e cristalizou com o "O Céu É o Limite", apresentado por quase 20 anos em diversas emissoras. Essa atração, que recebeu vários nomes, estreou na TV Tupi em 1957, passou para a TV Rio em 1960 e voltou à Tupi em 1968 para nela permanecer até 1972. Reformulada, teve novas versões no SBT (TVS, à época) em 1982 e na Bandeirantes, de 1983 a 1986:

A carreira de J. Silvestre começou na Rádio Bandeirantes, em 1941. Em 1945, ele mudou-se para o Rio de Janeiro, passando a trabalhar na Rádio Tupi. Dois anos depois, retornou a São Paulo, contratado pela Rádio Cultura para apresentar o programa "Quem Sabe Mais, o Homem ou a Mulher?" Regressando à Tupi, em 1950, participou da inauguração da primeira emissora de televisão do País. Em 1953, escreveu e protagonizou a novela "Meu Trágico Destino", transmitida ao vivo com um elenco integrado, entre outros, por Francisco Cuoco e Armando Bogus. Apresentou, em seguida, diversos programas de sucesso. Além de "O Céu É o Limite", comandou "Do Zero ao Infinito", "O Riso É o Limite" e "J. Silvestre e os Milhões". Durante cinco anos, após 1972, permaneceu afastado da TV e escreveu o livro "Como Vencer na Televisão", publicado em 1977. Retornou, então, à Tupi com um "talk show" que levava seu nome.

Em 1979, ocupou a Presidência da Radiobrás por curto período. Em 1982, Sílvio Santos o contratou para apresentar o programa "Show sem Limite". No ano seguinte, passou para a Bandeirantes para apresentar atrações como o "Programa J. Silvestre", "Essas Mulheres Maravilhosas" e "Porque Hoje é Sábado". Em 1986, deixou a emissora e voltou a viver na Flórida, Estados Unidos, onde já morara na década de 70. Passou ainda pela extinta TV Manchete, em 1997, com o programa "Domingo Milionário", no qual apresentava novas versões de antigos quadros.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ao expor em plenário dados biográficos desses dois fenômenos do rádio e TV, minha intenção é a de fazer com que sejam inseridos nos Anais do Senado da República, de maneira a registrar permanentemente a notável contribuição que Blota Jr. e J. Silvestre deram à história e ao desenvolvimento da mídia eletrônica no Brasil. Pretendo também, assim agindo, demonstrar às famílias enlutadas a consternação que nos causou o passamento dessas personalidades tão marcantes.

Creio que ambos os falecidos mereceriam a inserção de votos de pesar desta Casa em ata. Mas, por força do disposto no art. 218, alínea c, de nosso Regimento Interno, só posso requerer, infelizmente, essa manifestação oficial relativamente a José Blota Júnior por ter sido ele, dos dois, o único que foi membro do Congresso Nacional. Peço a compreensão e o apoio de meus nobres Pares para a aprovação do requerimento que apresentei à

Mesa, por considerar que, assim, estarão fazendo justiça à memória de quem se destacou como homem público e expoente da televisão brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Antonio Carlos Magalhães) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa se associa ao pesar manifestado pelo requerimento do Senador Romeu Tuma e enviará as condolências à família do ex-Deputado e comunicador Blota Júnior.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio .

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2000

Impõe às empresas prestadoras de serviços de telefonia a obrigação de fazer constar de sua publicidade as tarifas dos serviços por ela prestados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 37.

§ 4º Para os efeitos do disposto no § 3º, consideram-se dados essenciais as tarifas de serviço de telefonia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Defesa do Consumidor, trazido ao mundo jurídico em 1990, representou, um marco na luta pela conquista de uma proteção mais adequada do consumidor em relação ao fornecedor, impondo a este último obrigações tendentes a compensar a maior vulnerabilidade do consumidor nas relações de consumo.

A despeito dessa constatação, é preciso reconhecer que ainda há muito o que evoluir no tratamento legislativo da matéria.

Com o presente projeto, pretendemos obrigar as empresas prestadoras de serviços de telefonia a veicular, em sua publicidade, as tarifas dos serviços por elas prestados, de forma a proporcionar ao con-

sumidor todas as informações necessárias para que possa analisar a conveniência de contratar os serviços.

A legislação atual não obriga o fornecedor a fazer publicidade de seus produtos ou serviços, proibindo, contudo, a propaganda enganosa, sendo uma de suas espécies a propaganda capaz de induzir o consumidor em erro a respeito das características, qualidades, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos ou serviços, ainda que, por omissão.

E estabelece, ainda, que a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Ocorre que o CDC não define o que seja dado essencial, o que tem ensejado a interpretação de que nem sempre o preço o é.

Entendemos que as tarifas dos serviços prestados pelas empresas de telefonista são dados essenciais a serem informados ao consumidor imprescindíveis à sua decisão pela contratação dos serviços, motivo pelo qual propomos que esse entendimento seja expressamente adotado no texto do CDC, de forma a evitar a interpretação a que nos referimos.

São esses os motivos que nos levaram a apresentar o presente projeto, para o qual contamos com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das sessões, 11 de janeiro de 2000. – Senador **Maguito Vilela, PMDB – GO.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Referência Legislativa

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitoriais.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo-único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

CAPÍTULO II Da Política Nacional de Relações de Consumo

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

(Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21-3-95)

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II – ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor.

Art. 37. É proibido toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente, falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º Para os efeitos deste código a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

§ 4º (Vetado).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 2, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (Substitutivo nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal, a fim de que a matéria conste da próxima Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 1999. – Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A matéria constará da pauta da sessão de amanhã para primeira sessão de discussão em primeiro turno.

A Presidência comunica aos Srs. Senadores que haverá também sessão deliberativa na próxima segunda-feira.

Vou encerrar a presente sessão...

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, em nome da liderança.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Infelizmente agora não pode, porque o período da Ordem do Dia será destinado à discussão e votação das Comissões conjuntas de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Justiça e Cidadania sobre o problema de armas.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – É uma comunicação de liderança, mas é rápida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Apenas para dar

conhecimento à Casa que a liderança do Partido Popular Socialista vai entrar com um requerimento solicitando que o Plenário se pronuncie favoravelmente a que seja incluída na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional à Proposta de Emenda Constitucional nº 86, que trata da vinculação de recursos da área de saúde e que já foi aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados por quase unanimidade. Lembro, ainda, que há uma mobilização nacional dos setores da área de saúde, que está um pouco equivocada, acreditando que a aprovação agora tem a capacidade de incluir desde logo a vinculação nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios para este ano. Acredito que isso não seja possível, mas, de qualquer forma, seria importante que nesta Convocação Extraordinária pudéssemos votar essa emenda constitucional, já aprovada em dois turnos pela quase unanimidade da Câmara. Esses são os termos do requerimento que encaminharemos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Receberei o requerimento de V. Ex^a. Agora, infelizmente, a Mesa não poderá colocá-lo em votação, porque fere dispositivo constitucional, tendo em vista que emenda no mesmo sentido já foi votação e derrubada na mesma sessão legislativa.

Esta é uma convocação extraordinária ligada à sessão legislativa anterior, porque a nova sessão legislativa começa em fevereiro. Daí por que lamento não poder atender a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Depois vou discutir, quando do requerimento, até porque convocação extraordinária não é de uma mesma legislatura, ela, inclusive, pode tratar de todo e qualquer assunto, independente de assuntos que, em legislatura tradicional, foram atualizados.

Essa emenda foi aprovada na Câmara dos Deputados e, portanto, terá que ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Mas essa emenda e emenda semelhante a essa, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, foi derrubada neste Plenário.

Então, em fevereiro, vamos atender ao pedido de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Siqueira Campos, Mauro Miranda e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as. serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR). Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,a Amazônia tem ocupado, constantemente, grandes espaços no noticiário nacional e internacional, tem preocupado enormemente todas as gerações dos que cuidaram, até hoje, dos destinos do Brasil, e motivado olhares gananciosos das grandes potências mundiais, notadamente dos Estados Unidos.

Ao longo dos séculos, aventureiros, caçadores de riquezas, pacificadores, historiadores, biólogos, antropólogos, artistas, mineradores, agricultores, donos de empresas nacionais e estrangeiras, migrantes, religiosos e governos de outros países, não hesitaram em desbravar a imensa floresta tropical, que é, inclusive, a maior área verde contínua existente na terra.

Por sua exuberância e exotismo, por sua imensidão, pelas suas riquezas fabulosas em matérias primas e produtos estratégicos raros, pela sua fauna, flora e biodiversidade gigantescas, a Amazônia tornou-se uma lenda, um mito, um irresistível desejo de aventura para muitos brasileiros e para muitos habitantes de outros países, uma terra envolta em mistérios e misticismos, contados nos relatos de viagens dos que nela se aventuraram, e forjados na alma de sua própria gente.

Por todos esses motivos que acabamos de levantar, a Amazônia é colossal para o nosso País, vital para a sua segurança nacional, fundamental para o seu desenvolvimento, e uma permanente preocupação para os Estados Unidos, principalmente no que diz respeito à segurança de todo o continente americano.

Além desses aspectos gerais e preliminares, convém salientar que toda a história da Amazônia sempre esteve ligada a duas vertentes muito importantes que permitem compreender melhor a sua evolução e a sua problemática. De um lado, encontramos a presença dos grandes capitais nacionais e internacionais e, do outro, os interesses políticos e militares, tanto internos quanto externos,que sempre arquitetaram uma tomada de posição mais efetiva em toda a região. É importante salientar que essas duas vertentes, ao longo de todas as suas etapas de conquista, sempre foram convergentes. Assim, podemos dizer que sempre existiu uma correlação bastante significativa entre interesses capitalistas, interesses políticos, e interesses militares, em todo o processo de desenvolvimento amazônico e integração dos seus espaços. É importante acrescentar, igualmente, que essa correlação variou de intensidade em vários momentos históricos. Essas variações sempre estiveram ligadas ao termômetro da conjuntura política internaci-

onal e ao grau de integração do poder nacional com o poder internacional hegemônico.

Por exemplo, entre 1945 e 1964, com a redemocratização do Brasil, os novos comportamentos nacionais levaram o Governo brasileiro a praticar uma política externa com um certo grau de independência *vis-à-vis* dos Estados Unidos. Em contrapartida, com o golpe militar e, consequentemente, com o alinhamento automático do nosso País à liderança americana, os interesses econômicos, políticos e estratégicos existentes na Amazônia, passaram a refletir exatamente a nova correlação de forças estabelecida.

É importante dizer ainda que, muito antes do golpe militar, ou seja, em todo o período que o antecedeu, na Escola Superior de Guerra, impregnada pelos ideais anticomunistas, em plena efervescência da guerra fria, oficiais superiores de nossas forças armadas, ao mesmo tempo em que já arquitetavam a tomada do poder, estudavam atentamente a questão amazônica, realizavam debates, organizavam seminários, e publicavam livros e artigos sobre a questão. Foi justamente nesse período que apareceram as teorias defendidas pelo General Meira Matos, e a *Geopolítica do Brasil*, do General Golbery do Couto e Silva, ambas totalmente inspiradas na estratégia militar, na segurança, na geopolítica, e na ocupação urgente dos espaços amazônicos, para garantir a segurança nacional, a integridade continental, e conter o avanço comunista na América. Aliás, o episódio da revolução cubana veio reforçar ainda mais essas teses, e convencer os setores militares mais radicais a apoiar incondicionalmente a teoria dos “círculos concêntricos”, defendida e sustentada pelo General Golbery, que, algum tempo depois, ocuparia, por mais de quinze anos, lugar de destaque na vida política e militar do País.

A cobiça internacional sobre a Amazônia, ao longo de toda a sua história, sempre foi um enorme pesadelo para o nacionalismo brasileiro. Hoje, em plena era da globalização, ela continua presente e causa temor nas instâncias mais importantes de nossas instituições.

Desde o Tratado de Madri, assinado em 1750, depois de longa batalha travada por nossa diplomacia contra a Espanha e outros países coloniais que defendiam a internacionalização da Amazônia, a região tem resistido com firmeza, inclusive com confrontos e derramamento de sangue, a todas as tentativas estrangeiras visando ao seu controle. Foi justamente pela força que holandeses, franceses, ingleses e irlandeses foram rechaçados da região.

De uns tempos para cá, novos fantasmas voltaram a rondar a floresta e a causar tremores nos órgãos

de segurança nacional. É sabido que existe uma idéia circulando no seio das Nações Unidas, defendida inclusive pelos sete países mais desenvolvidos do mundo, no sentido de definir áreas geográficas consideradas por eles como de alto interesse econômico, político, científico e estratégico para o futuro da humanidade.

Evidentemente, pela sua enorme importância geopolítica em toda a América, e pela sua fantástica biodiversidade, que vem causando, desde o final da Conferência sobre o Meio Ambiente – Rio 92, constantes desencontros entre Brasil e Estados Unidos, não podemos duvidar de que a Amazônia brasileira se enquadraria perfeitamente nos critérios de seleção dessas chamadas regiões estratégicas.

Sr. Presidente, Sr^{os}s. e Srs. Senadores, em relação à Amazônia, o nosso Governo não pode mais continuar a jogar com a sorte como fez até hoje. Precisamos abrir os olhos enquanto é tempo e dedicar à região uma atenção de alta prioridade porque é a nossa soberania e o nosso futuro que estão ameaçados. Precisamos voltar os nossos olhos para a implantação definitiva do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Da mesma maneira, precisamos concluir definitivamente os grandes projetos de desenvolvimento que estão em andamento, a exemplo do Callão Norte, que, inclusive, complementa o Sistema de Vigilância de todo o território.

Já passou da hora para o Governo Federal liderar uma grande mobilização em defesa da integração definitiva da Amazônia. Por que não iniciá-la agora, aproveitando o grande impacto nacional causado pelo anúncio do Programa Avança Brasil? Essa é, portanto, a medida mais urgente que deveria ser adotada daqui para frente, em todos os fóruns que se reúnem para debater o futuro da integração nacional.

A soberania sobre a Amazônia deve ser encarada como uma questão de honra para toda a nação brasileira. O seu desenvolvimento sustentável é, na verdade, uma velha aspiração de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)

– Sr. Presidente, Sr^{os}s e Srs. Senadores, dia 12 de novembro último tive ocasião de denunciar, com base em informações de reportagem do **Correio Brasiliense**, a situação levantada em meu Estado, mais especificamente na cidade de Paraná, o crime em que se constitui a burla que produtores de sal praticam ao deixar de adicionar iodo ao sal de cozinha, sal para consumo humano, de acordo com as normas existentes no país, reguladas desde 1956.

Quero registrar meus aplausos ao Ministro José Serra, da Saúde, que em amplo relatório informou a esta Casa, as ações que vem sendo desenvolvidas pelo Governo, com vistas a coibir esse abuso, juntamente com extensas informações sobre a questão do bário – doença decorrente da falta de iodo, que afeta grande parte da população brasileira, sobretudo em regiões do interior.

Quero registrar, Sr. Presidente, a firmeza das ações do Ministério da Saúde, amplamente informadas, e que peço que sejam publicadas na íntegra e façam parte dos Anais do Senado. Refiro-me apenas ao resultado quantitativo das ações do Ministério da Saúde.

Do total de 80 marcas de sal analisadas, o que representa percentual praticamente de 100% das marcas conhecidas no mercado:

➤ 3 das empresas produtoras serão multadas, fechadas e terão seus estoques apreendidos, por não apresentarem percentual algum de iodo adicionado.

➤ 9 estão tendo seu produto apreendido e serão multadas, por apresentarem teor de adição de iodo abaixo do exigido.

➤ 24 apresentaram irregularidades em algumas das amostras apresentadas e estão sendo multadas tendo apreendidas as parcelas irregulares.

➤ 44 marcas, dentre elas as marcas mais conhecidas, não apresentaram irregularidades.

O Ministério da Saúde, Sr. Presidente, nos termos das informações enviadas a esta Casa, vem desempenhando a contento suas atribuições.

No entanto, é necessário também que atenção especial seja concentrada na assistência e na identificação das causas do bário, em áreas onde o fenômeno persiste, como no caso de Paraná e outras regiões do meu Estado, conforme relatei naquele pronunciamento.

Peço, Sr. Presidente, que considere lido o Relatório do Ministério, que anexo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{os}s. e Srs. Senadores, as chuvas que atingiram o sudeste do país na virada do ano expuseram mais uma vez o quadro crítico de insegurança que ronda as nossas cidades diante das cobranças da natureza. Cidades inteiras alagadas, pontes que foram levadas pelas águas, lavouras perdidas, asfalto coberto, estradas intransitáveis e milhares de famílias desabrigadas. Depois desse saldo trágico de sofrimentos,

as populações ainda têm de conviver com os surtos epidêmicos e o aumento da pobreza, porque em muitos casos as águas levaram o pouco que conseguiram reunir durante toda uma vida de lutas. São dezenas ou centenas de comunidades que vão levar meses para reorganizar a sua rotina de vida e de trabalho.

Mas há um aspecto que quero destacar. É o caso das encostas, onde as populações mais pobres vão dependurar as sua moradias precárias, sem o mínimo de certeza de que elas poderão resistir a um ataque mais forte dos ventos ou das chuvas. É uma das faces mais cruéis do nosso quadro de exclusão social, e o que aconteceu em Campos do Jordão foi uma reedição do que já vimos em muitas outras cidades, em outros janeiros. São imagens que assustam, que causam dor, que propagam o sofrimento, mas que, infelizmente, não têm ajudado a resolver essa questão social que se agrava cada vez mais na periferia das cidades brasileiras, sejam elas de grande, médio ou pequeno portes. A televisão mostrou casas deslizando, como se fossem peças de brinquedo, e exibiu a procura desesperada pelos corpos soterrados. Em casos dramáticos como esse, fica sempre aquela pergunta? Isso vai continuar assim? A sociedade pode fazer algo para impedir a continuidade desse crime coletivo contra os mais pobres?

O alerta de Campos do Jordão, com as casas dependuradas que foram levadas pelas chuvas, mostra a dimensão das responsabilidades do Congresso Nacional diante da sociedade brasileira. Estamos no início de uma convocação extraordinária cuja pauta inclui matéria que pode ser a solução de médio e longo prazos para a questão social da moradia. Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional que inclui o direito à moradia entre os direitos e garantias fundamentais do povo brasileiro, no mesmo nível de importância já assegurado a outras questões, como saúde, educação e segurança. Creio que a Câmara dos Deputados tem o dever de aprovar a matéria, que passou com celeridade pelos órgãos técnicos da Casa, ante o reconhecimento de sua prioridade social. Essa seria uma resposta política do Congresso Nacional diante de uma situação de emergência que exige mobilização do nosso espírito público coletivo.

Como autor da proposta, devo aos queridos companheiros deste Senado minha eterna gratidão. Nesta Casa, a PEC foi aprovada por unanimidade. Não tenho dúvida de que teremos o mesmo resultado na Câmara, onde prevalecerá a mesma convicção consensual quanto à importância da matéria. O que me preocupa é a necessidade de apressar essa decisão do Congresso, que não deve perder a oportunida-

de excepcional da presente convocação. Nos últimos dias os jornais têm insistido na tese de que não vamos passar duas ou três matérias aprovadas nesse período extraordinário. A PEC da moradia é pacífica, não é polêmica, é importante socialmente, e por isso não vejo razão para deixar de ser incluída como matéria prioritária, e é nesse sentido que quero dirigir o meu apelo ao presidente da Câmara e meu companheiro de partido, o deputado Michel Temer.

Qual a razão de meu interesse, Srs. e Srs. Senadores? Estamos entrando num ano eleitoral, em que o tema da moradia social poderá empolgar as campanhas não só do PMDB, mas de outros partidos, como instrumento garantido pela Constituição. Com a massificação do debate na efervescência do clima eleitoral, estaremos conscientizando a população brasileira para esse novo direito que está adquirindo. E assim a sociedade se fortalecerá para exigir o cumprimento do princípio constitucional, para cobrar políticas públicas efetivas, reclamar recursos orçamentários e pedir programas mais eficazes da Caixa Econômica Federal.

Sobre isso, eu gostaria de incluir neste pronunciamento a palavra do arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, ouvido pela Folha de São Paulo em matéria publicada na edição de hoje. Ele afirma que a moradia "é uma questão social e política, antes de ser econômica e financeira. Ela depende de políticas públicas para alterar o fato de que existe uma faixa da população que não consegue comprar um imóvel com qualidade no mercado". Esse depoimento é parte da matéria que foi a manchete de hoje no jornal paulista, que realizou um amplo levantamento cobrindo nada menos que 111 municípios do Estado. A conclusão mais importante é de que nada menos de 30 por cento das casas de São Paulo são impróprias para morar. E estamos falando da unidade federativa mais desenvolvida do país, e de uma população que tem os melhores índices de renda per capita. Gostaria que os nobres colegas tomassem conhecimento dessa matéria de elevado interesse social, assinada pelo repórter João Carlos Silva.

Srs. e Srs. Senadores, a questão da moradia é um grande desafio que deve ser enfrentado e resolvido por nossa geração, para impedir que ela se torne insustentável num futuro próximo. Creio que a sofrida comunidade brasileira dos sem-teto não chegou ao nível de poder e de pressão dos sem-terra porque ainda não se organizou politicamente para fazer valer a sua força. Tenho ouvido seguidas advertências de que grandes movimentos de invasão de terrenos públicos e particulares é apenas uma questão de tempo, se não houver uma resposta rápida nas políticas oficiais. Temos neste país mais de cinco milhões de fa-

mílias sem ter onde morar. Incluindo as moradias inadequadas, como barracos de favelas, palafitas e outros tipos de subabitações, chegamos ao nível alarmante de 12 milhões de famílias. É preciso pensar na força social desses números, numa situação extrema que pode levar à convulsão social no médio prazo. É nosso dever imperativo pensar, antes, nessa grande massa de nossos irmãos excluídos, que devem ter o direito mínimo e fundamental da moradia. A Proposta de Emenda Constitucional que foi incluída na pauta de convocação é um instrumento que está em nossas mãos. Basta ter a vontade política de aprová-la. Nesse sentido, confio na sensibilidade do presidente Michel Temer, na liderança do deputado Geddel Vieira Lima e no apoio dos líderes dos demais partidos.

É a minha esperança, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar, com profundo pesar, o falecimento do jornalista Carlos Rocque, ocorrido ontem (10-1-2.000) em Belém do Pará, vítima que foi de um ataque cardíaco.

O renomado escritor e historiador paraense era conhecido como o Repórter da História. Sua história, entretanto, não cabe, nem resumidamente, neste pronunciamento que faço hoje, tamanha é a expressão do seu trabalho, o qual dedicou quase a vida toda em função da pesquisa sobre a história do Estado do Pará. Membro da Academia Paraense de Letras, ele ocupava, há 19 anos, a cadeira número 10, tradicionalmente pertencente aos historiadores.

Carlos Rocque começou sua carreira profissional como jornalista, em 1959, no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, e na Folha do Norte, em Belém, em 1960. No ano passado, completara 40 anos de carreira jornalística. Já a vida literária foi marcada, no início, pelo estilo da ficção. Pouco a pouco, mesclava conhecimentos da história que adquiria no trabalho jornalístico, com sua atividade de escritor, até que mergulhou fundo nas pesquisas sobre os momentos e personagens mais marcantes da vida do Pará, iniciando, então, uma produção eminentemente voltada para a realidade dos fatos históricos.

A obra de Carlos Rocque começa com a publicação, em 1962 e 1963, de dois livros de ficção, respectivamente "O Poço dos Anseios Perdidos", um romance, e "Logo depois das chuvas", contos. Em seguida, como resultado de um dedicado trabalho de pesquisa, publicou A Grande Enciclopédia Amazônica, em 1967, e Antologia da Cultura Amazônica, em 1971.

A Enciclopédia foi traduzida para vários idiomas e é fonte de referência nacional e internacional para tantos quantos pesquisem dados a respeito de nossa região. Já em 1978, publicou a História dos Municípios do Pará, aprofundando, então, detalhes localizados da história do nosso Estado, em seus aspectos geoeconômicos e políticos.

A partir de 1973, com o livro "Antônio Lemos e sua época", começou a dedicar-se à história política do Pará, tendo escrito, nesta linha, ainda, "Depoimentos para a História Política do Pará", em 1980; "A formação revolucionária do Tenente Barata", em 1983; "Cabanagem: epopéia de um povo", em 1985; "Antônio Lemos e sua época", em 1996; "Lopo de Castro e as lutas da coligação", em 1997 e "Magalhães Barata, o homem, a lenda e o político", em dois volumes, em 1998.

Carlos Rocque escreveu ainda: "A História de A Província do Pará", em 1980 e "A História do Círio e da Festa de Nazaré", em 1981.

Pela relevância dos seus estudos, acabou sendo agraciado pela Câmara Municipal de Belém com o título de Historiador da Cidade, mérito só concedido a duas personalidades, em toda a história da capital do Pará.

Em Belém, lutou pela criação do Memorial da Cabanagem, no Entroncamento; do Memorial Magalhães Barata, em São Brás, e também do Museu do Círio. O historiador ainda foi o mentor da criação da hoje tradicional Romaria Fluvial do Círio, quando presidente da Paratur, em 1986. Seu último e mais novo projeto era a criação de um outro monumento, em homenagem à Virgem de Nazaré.

Ainda em 1975, o pesquisador já havia sido secretário executivo da comissão responsável pelo traslado dos restos de Antônio Lemos para Belém. Em 1984, no governo do prefeito Nélvio Lobato, foi secretário executivo da comissão formada para a comemoração do Sesquicentário do levante da Cabanagem. Foi ainda, na mesma década, diretor de Navegação e depois presidente da Empresa de Navegação da Amazônia, Enasa.

O Pará perdeu ontem um dos maiores paraenses da atualidade. Sua figura simples e iluminada, entretanto, continuará inspirando as crianças e jovens paraenses nos estudos sobre sua realidade e sua história, em aspectos políticos e culturais.

Carlos Rocque merece, certamente, a reverência e a homenagem de todos os cidadãos do Pará e de todo o Brasil, tendo em vista a importância de sua obra, para a formação intelectual de nosso povo.

Neste ensejo, encaminho à família enlutada de Carlos Rocque os sentimentos de pêsames, em meu nome e em nome do Partido Socialista Brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos lembrando, que em seguida as Comissões, de Constituição e Justiça e Relações Exteriores e Defesa Nacional, irão realizar reunião conjunta neste plenário sobre a presidência do Senador José Sarney, por ser menos jovem do que o Senador José Agripino.

Lembro às Sras e os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos a seguinte:

ORDEM DO DIA

I

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 183, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 1999 (nº 40/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, em Londres, em 20 de agosto de 1998, tendo

Parecer favorável, sob nº 754, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 2 –

PARECER Nº 1.147, DE 1999 (Escolha de Autoridade) (Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.147, de 1999, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 239, de 1999 (nº 1.816/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Elio Fernández Y Fernández, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15-A, DE 1998 (Substitutivo da Câmara)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998 (Substitutivo nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 e acrescenta artigo à Constituição Federal (limite de gastos com legislativos municipais), tendo

Parecer sob nº 2, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador

Jefferson Peres, favorável, com votos contrários dos Senadores Roberto Freire, Antonio Carlos Valadares e Romero Jucá, e abstenções dos Senadores Moarildo Cavalcanti e Eduardo Suplicy.

II

Reunião de Comissões

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (Reunião extraordinária às 10 horas)

– 1 –

MENSAGEM Nº 133, DE 1999 (Nº 933/99, na origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República, propondo sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento de débitos da República de Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor estimado de US\$ 20,358,120.96 (vinte milhões, trezentos e cinqüenta e oito mil, cento e vinte dólares norte americanos e noventa e seis centavos) com base na Ata de Entendimentos de 28 de fevereiro de 1996, celebrada no âmbito do chamado “Clube de Paris”.

Relator: Senador José Eduardo Dutra.

– 2 –

OFÍCIO “S” Nº 59, DE 1999 (Nº 4.246/99, na origem)

De autoria do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida pelo Banco Central do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional.

Relator: Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 16 minutos.)

(OS 10150/2000)

AGENDA DO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

11-1-2000

Terça-feira

12:00 – Reunião com os Líderes no Senado

15:30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

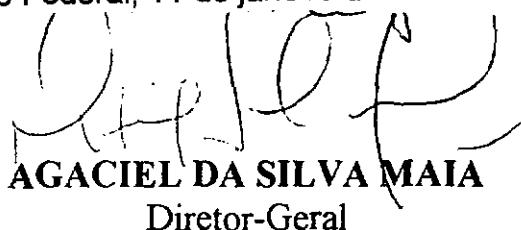
LOU E-SE
EM 11/1/00
P/ DIRETOR-GERAL SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 12, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado, n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 000357/00-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUELI MARIA BRAGA DA CRUZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, 11 de janeiro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO
CONGRESSO NACIONAL
(PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999 A 14 DE FEVEREIRO DE 2000)**

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Nabor Júnior
2. Renan Calheiros
3. Iris Rezende

Suplentes

1. Casildo Maldaner
2. Mauro Miranda
3. Maguito Vilela

PFL

1. Carlos Patrocínio
2. Bello Parga

1. Edison Lobão
2. Francelino Pereira

BLOCO DE OPOSIÇÃO

1. Roberto Saturnino

1. Geraldo Cândido

PSDB

1. Geraldo Melo

1. Lúdio Coelho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

PFL

1. Darcy Coelho
2. Paes Landim
3. Vilmar Rocha

Suplentes

1. Aracy de Paula
2. Paulo Braga
3. Paulo Octávio

PMDB

1. Eunício Oliveira
2. Jorge Pinheiro
3. Ricardo Noronha

1. Alberto Fraga
2. Euler Moraes
3. Pedro Chaves

PSDB

1. Julio Semeghini
2. Lúcia Vânia
3. Maria Abadia

1. Danilo de Castro
2. Dr. Heleno
3. Juquinha

PT

1. Geraldo Magela
2. Pedro Celso

1. João Fassarella
2. Pedro Wilson

PPB

1. Márcio Reinaldo Moreira

1. Roberto Balestra

PTB

1. Luiz Antônio Fleury

1. Magno Malta

PDT

1. Celso Jacob

1. Fernando Coruja

1. José Antonio

1. Agnelo Queiroz

1. Clementino Coelho

1. Márcio Bittar

BLOCO, PSB, PC do B

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoffl.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTHONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
 Vice-Presidente: BELLO PARGA
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEbet	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
 (29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TECTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3187/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB, em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comitês e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SÉ	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2181/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3218/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário régimen: I: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:

Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(4) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(* Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfiliou-se do PSDB, em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: juloric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)**

TITULARES

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

**REUNIÕES: 5^a FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4600
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@sepede.gov.br**

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfiliou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPILCY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA VAGO	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES 2. IRIS REZENDE 3. RENAN CALHEIROS	AP GO AL	2151/2157 2032/2039 2261/2262
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074			
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51^a LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY							
--	--	--	--	--	--	--	--

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTES

SENAORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JÓRGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES				MEMBROS SUPLENTES			
DEPUTADOS							
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB
PFL							
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541
PMDB							
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845
PSDB							
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637
PPB							
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756
PT							
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail: - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramíz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/sepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do Banco do Brasil, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

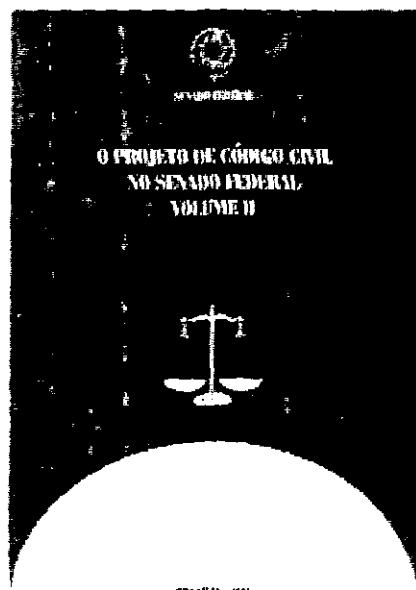


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Projeto do Código Civil no Senado Federal

Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

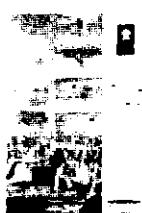
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – "Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/sepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

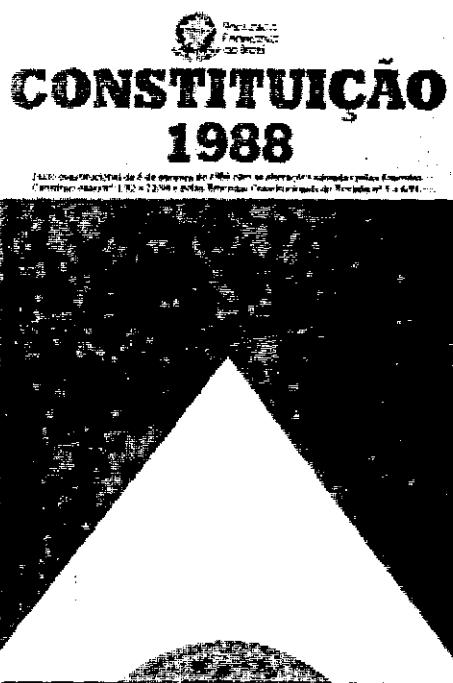


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS